



BP em Angola
Relatório de Sustentabilidade 2006



O Grupo BP

A BP fornece combustível a partir do petróleo, gás e outras fontes com baixo teor de carbono, para transportes, energia, aquecimento, iluminação, serviço de retalho e produtos usados diariamente. Operamos a nível global com empresas e clientes em cerca de 100 países e empregamos mais de 97.000 pessoas. Na área de exploração e produção estamos presentes em 26 países. Aproximadamente 40% dos nossos activos fixos situam-se nos Estados Unidos da América e cerca de 25% no Reino Unido (RU) e resto da Europa.

Em 2006, o Grupo BP produziu o equivalente a quase 4 milhões de barris de petróleo e gás por dia para clientes de todo o mundo, tendo o seu investimento totalizado USD 17,2 mil milhões, em 2006. De acordo com o padrão de base para a determinação de reservas, utilizado pela *US Securities and Exchange Commission* (SEC), o nosso rácio de substituição das reservas foi de 113% em 2006.^a

Âmbito e processo do presente relatório

A BP define 'sustentabilidade' como a capacidade de se manter como grupo, renovando activos, criando e oferecendo melhores produtos e serviços que satisfazem as necessidades em constante evolução da sociedade, atraindo gerações sucessivas de trabalhadores, contribuindo para um ambiente sustentável e mantendo a confiança e o apoio dos nossos clientes, accionistas e comunidades em que operamos.

Embora em 2004 tenhamos contribuído para um Relatório de Sustentabilidade da BP sobre a região da África Austral, esta é a primeira descrição detalhada do nosso desempenho nesta área especificamente em Angola. A sua publicação coincide com o início de produção de petróleo de um campo por nós operado no país. Incide essencialmente nas actividades de 2006, mas tratando-se do nosso primeiro relatório deste tipo, é apresentada informação de anos anteriores, sempre que considerada útil.

Este relatório foi elaborado pela nossa unidade de negócios em Angola, com sedes em Luanda e Sunbury no Reino Unido (RU). Este descreve as nossas operações em todos os países em que a unidade estratégica de desempenho (*Strategic Performance Unit* (SPU)) de Angola exerce as suas actividades. São apresentados dados sobre as nossas operações em geral. Em conformidade com o padrão de elaboração de relatórios do Grupo BP, utilizámos um processo formal para determinar os aspectos mais relevantes do ponto de vista interno e externo, de modo a transmitir uma imagem equilibrada e adequada do nosso desempenho.

^a Numa base combinada de subsidiárias e de entidades de interesses comparticipados, excluindo aquisições e alienações.

- 1 Mensagens do Presidente da BP em Angola e da Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Desempenho Estratégico de Angola**
- 2 O que significa responsabilidade para a BP**
- 3 Destaques em 2006**
- 4 Operações responsáveis**
 - 5 Como trabalhamos
 - 7 As nossas actividades empresariais
 - 10 Desempenho económico-financeiro
 - 11 Diálogo e compromisso
 - 13 Saúde e segurança
 - 16 Operações amigas do ambiente
 - 19 Segurança e direitos humanos
 - 20 Os nossos trabalhadores
- 24 O nosso papel na sociedade**
 - 25 O contexto social e ambiental
 - 26 A BP e as mudanças climáticas
 - 27 Promovendo uma boa governação
 - 29 Desenvolvimento empresarial
 - 31 Educação
 - 32 Acesso à energia
 - 33 Outros programas sociais
- 34 Indicadores de desempenho**
- 35 Declaração de fiabilidade**
- 36 Glossário**
- 37 Informações adicionais**

Augusto Caterça, Conselheiro de Segurança na equipa de HSE, a bordo do navio sonda Jack Ryan.

Uma mensagem do auditor do grupo, Ernst & Young

Analísamos o *Relatório de Sustentabilidade da BP em Angola de 2006*, a fim de demonstrar ao órgão de gestão da BP que os dados, declarações e afirmações sobre a sustentabilidade do desempenho da BP em Angola são consubstanciados por evidências ou explicações. O nosso trabalho e conclusões figuram na página 35.

As referências feitas neste relatório à 'BP' e 'Grupo BP' significam a BP p.l.c. e as suas subsidiárias e afiliadas. Salvo indicação em contrário, não é feita distinção entre as operações e actividades da BP p.l.c. e das suas associadas e filiais, sendo as referências a 'nós', 'nosso/a' e 'nossos/as' aplicáveis às empresas do Grupo BP que operam em Angola.



Mensagem do Presidente da BP em Angola

É com grande orgulho que publicamos este primeiro relatório de sustentabilidade dedicado às actividades da BP em Angola. O seu lançamento, é oportunamente associado às celebrações do início de produção de petróleo como companhia operadora – assinalando um marco importante para nós, os nossos parceiros e o povo angolano.

As empresas que trabalham em Angola enfrentam grandes desafios. Apesar de um auspicioso período de crescimento económico e estabilidade política, o país atravessa ainda uma fase transitória, recuperando do impacto físico e social causado pelos anos de guerra. Para a área empresarial bem como em muitas outras áreas, as consequências do conflito fazem-se ainda sentir de diversas formas – nas infra-estruturas danificadas, no contexto jurídico e legislativo em transformação, nas carências a nível técnico e educacional e na necessidade de contribuir para a construção do tecido socio-económico do país.

Angola tem contudo grandes potencialidades, muitas das quais derivam, obviamente, das abundantes reservas de óleo e gás existentes *offshore*. Porém o principal recurso de Angola é o seu povo. O nosso objectivo consiste em criar uma companhia local de energia preenchida e liderada por angolanos, que contribua de forma relevante para o bem-estar nacional.

Este relatório, que define os nossos valores, desempenho e objectivos, é apenas uma ferramenta – embora importante – na construção de um negócio verdadeiramente sustentável. Aguardamos com expectativa os vossos comentários.

José Patrício
Presidente da BP em Angola
Setembro de 2007



Mensagem da Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Desempenho Estratégico de Angola

As celebrações de início de produção são para nós ocasião de fazer uma retrospectiva sobre os notáveis progressos realizados até agora, mas mais importante ainda, de encarar as operações que terão lugar nos próximos anos.

Angola é já reconhecida, a nível da carteira mundial do grupo, como uma das principais áreas de produção futura da BP. Para além disto, o desenvolvimento futuro de instalações *onshore*, como o gás natural liquefeito, permite não só maximizar o valor dos recursos naturais como também contribuir para a diversificação económica e o desenvolvimento regional. No nosso trabalho de capacitação dos fornecedores e empreiteiros locais, estamos conscientes da necessidade de desenvolver competências e capacidades locais que beneficiem a nossa indústria, bem como de garantir a transferência dessas competências para outros sectores da economia.

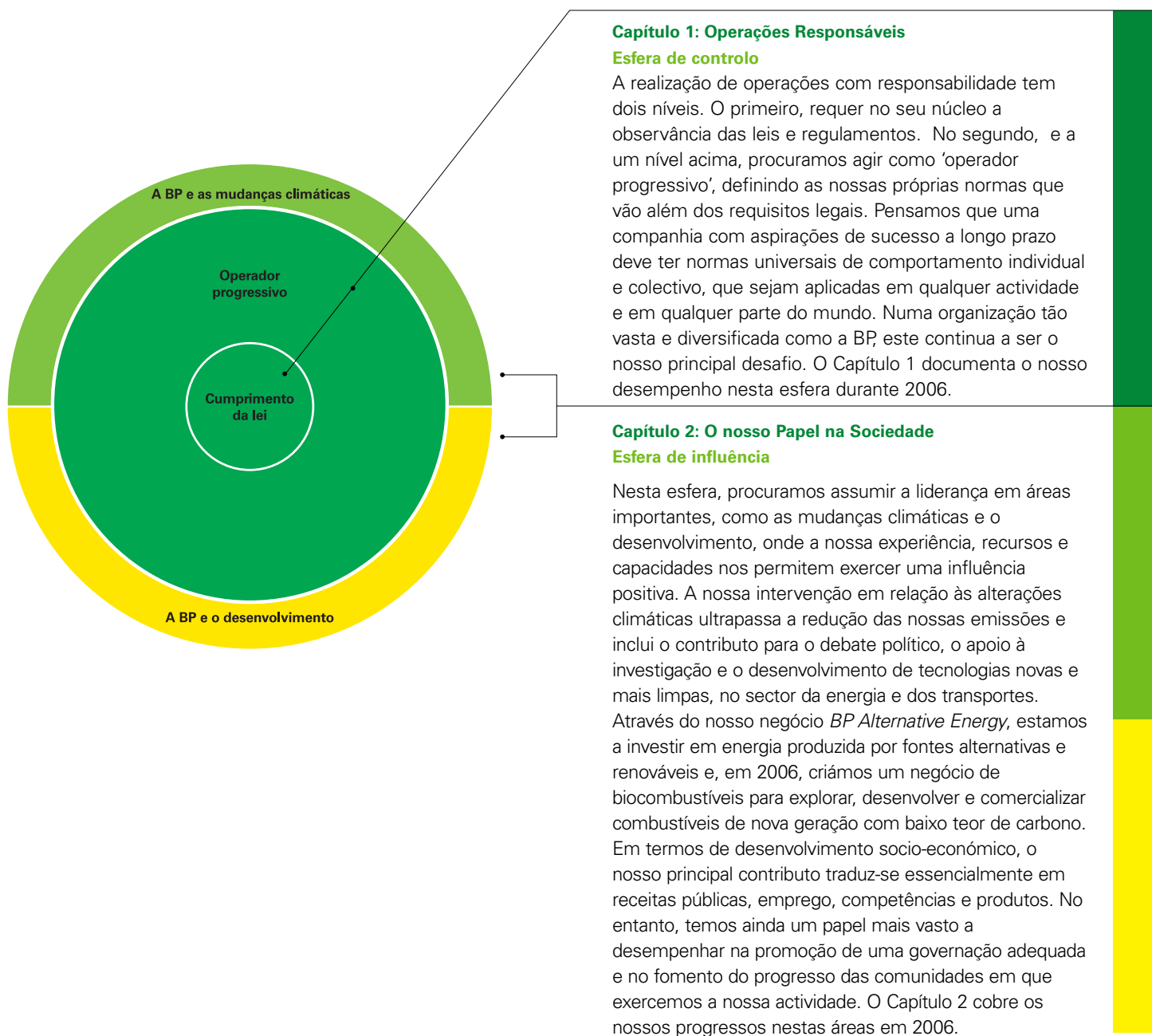
Todas as nossas acções são norteadas pela aspiração de criar um negócio sustentável, rentável e progressivo em Angola, tirando partido das décadas de experiência já adquirida, aprendendo as lições que se mostrem pertinentes e continuando a promover a confiança dos nossos clientes, accionistas, parceiros e comunidades onde operamos.

A nossa estratégia é clara e inalterável e temos planos e acções em curso que visem atingir estes objectivos.

Mary Shafer-Malicki
PCA da Unidade de Desempenho
Estratégico da BP em Angola
Setembro de 2007

O que significa responsabilidade para a BP

O presente relatório está estruturado de acordo com o modelo utilizado na BP para descrever os diferentes aspectos da responsabilidade empresarial. Segundo este modelo, as nossas actividades inserem-se em duas categorias: as que controlamos e as que influenciamos. A nossa 'esfera de controlo' cobre as nossas operações, ao passo que a nossa 'esfera de influência' abrange muitos aspectos sociais e ambientais.



Destaques em 2006

Objectivos atingidos

Capacitação Prosseguindo o trabalho realizado em anos anteriores, registámos progressos significativos em 2006, em termos de desenvolvimento das aptidões e capacidades do nosso pessoal, através de programas de formação e aperfeiçoamento. Estes programas incluíram formação técnica e prática, *coaching*, desenvolvimento de liderança e bolsa de estudo (páginas 20-23).

Conclusão do primeiro navio de Produção, Armazenamento e Transbordo (FPSO)

Fabricado na Coreia do Sul e concluído em 2006, o FPSO representa um feito notável em termos de engenharia e gestão de projectos. Encontra-se actualmente fundeado ao largo de Angola e a sua entrada em serviço está prevista para 2007 (página 8).

Novas descobertas Durante 2006, efectuámos três grandes descobertas petrolíferas no bloco 31, por nós operado, elevando para 12 o total de descobertas nesta área. Estas descobertas atestam a

excelência da nossa capacidade de exploração e tecnologias (páginas 8-9).

Desenvolvimento empresarial

Continuámos a apoiar o desenvolvimento de fornecedores e empreiteiros locais através da nossa participação numa iniciativa de formação de fornecedores para a indústria petrolífera materializada pelo CAE – Centro de Apoio Empresarial – e visando o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME) angolanas. Em 2006, o CAE deu formação, apoio e realizou eventos às PMEs locais, incluindo uma feira comercial, que foi muito favoravelmente acolhida pelos participantes (páginas 29-30).

Desempenho de segurança Tivemos um bom registo de segurança em 2006, sem fatalidades. Para tal, foi necessário vencer os desafios inerentes à segurança laboral num ambiente em que a consciencialização das questões de segurança não se encontra ainda muito desenvolvida (páginas 13-15).



Desafios

Proteger o valor do nosso investimento

Reconhecemos o risco de erosão do valor económico dos nossos projectos, devido a factores externos ao nosso controlo, como alterações no quadro legislativo e fiscal ou nos Contratos de Partilha de Produção (*Production Sharing Agreements*) que regem as nossas actividades. A gestão destes riscos exige o estabelecimento de relações construtivas com o governo e outros actores importantes como a Sonangol (páginas 11-12).

Contexto operacional Em Angola, existem vários factores que dificultam o ambiente em que as empresas operam, como sejam deficiências nas infra-estruturas físicas, escassez de mão-de-obra qualificada,

natureza embrionária de grande parte do quadro jurídico e legislativo e risco de instabilidade política (página 25).

Transparência de receitas e governação

A falta de transparência das receitas da economia angolana levanta suspeitas sobre governação e corrupção. Tem vindo a aumentar a pressão interna e externa para que o país adopte medidas mais rápidas, visando uma maior transparência das receitas provenientes do petróleo (páginas 27-28).

Angolanização As metas estabelecidas pelo governo para empregar uma percentagem elevada de cidadãos locais na nossa organização representam um

desafio. Embora já estejamos a trabalhar no sentido de nos transformarmos numa companhia de energia angolana liderada por pessoas locais, haverá dificuldades consideráveis para atingir as quotas de angolanos em cargos de direcção, devido à falta de experiência dos quadros angolanos que ingressam na companhia (páginas 20-23).

Impacto ambiental e social À medida que a nossa presença como operador de vários projectos aumenta, aumenta também a nossa exposição aos desafios e dificuldades relacionados com o impacto social e ambiental dessas actividades nas comunidades locais (páginas 16-18).

Operações Responsáveis

1

- 1.1 Como trabalhamos
- 1.2 As nossas actividades empresariais
- 1.3 Desempenho económico-financeiro
- 1.4 Diálogo e compromisso
- 1.5 Saúde e segurança
- 1.6 Operações amigas do ambiente
- 1.7 Segurança e direitos humanos
- 1.8 Os nossos trabalhadores



1.1 Como trabalhamos

A realização de operações com responsabilidade é a essência da nossa responsabilidade corporativa, o que nos exige padrões elevados e consistentes, todos os dias e em todos os locais onde trabalhamos – incluindo segurança, integridade, respeito pelo ambiente e gestão de recursos humanos. Esta secção descreve a nossa abordagem e o posicionamento das actividades da BP em Angola no seio do grupo.

A BP em Angola está a tornar-se rapidamente numa das principais áreas de negócio da carteira mundial da BP. Como um dos novos centros de lucros da BP, as nossas actividades em águas profundas de Angola fazem parte integrante das prioridades estratégicas da companhia.

A nossa estrutura de relações governamentais e externas, sediada em Luanda, trabalha para fazer da BP em Angola uma companhia distinta. A equipa gere as operações em Angola que incluem interesses em quatro blocos de produção em águas profundas e procura também estabelecer laços a nível local. Temos ainda actividades baseadas no Reino Unido que incidem em futuros desenvolvimentos, na expansão de um negócio de gás (incluindo a participação num projecto que visa a produção de gás natural liquefeito – LNG – em Angola em 2011) e os aspectos comerciais dos principais projectos que realizamos, como a construção recentemente concluída do FPSO na Coreia.

A tecnologia desempenha um papel crucial na concretização dos nossos objectivos empresariais. Devido à profundidade e às características geológicas dos campos petrolíferos em Angola, grande parte da nossa exploração utiliza tecnologias de ponta, que permitem

a perfuração em águas ‘ultra-profundas’ antigamente consideradas inexploráveis. Foi criado um conselho directivo técnico com vista a proporcionar o enquadramento necessário à utilização e desenvolvimento tecnológicos. Este conselho é apoiado pelas actividades de investigação e engenharia do grupo que tornam possível o acesso aos recursos energéticos necessários para garantir a segurança do fornecimento de energia.

Trabalhamos em parceria com outras companhias petrolíferas que operam em Angola. Os nossos principais investimentos no país envolvem grupos de empresas que se dedicam à exploração e desenvolvimento, incluindo a colaboração com a Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola), a petrolífera estatal de Angola.

A BP colabora igualmente com uma série de empresas e entidades externas, em regime de *joint venture* (JV). Numa perspectiva de grupo, muitas destas JVs são grandes entidades empresariais, estabelecidas como empresas independentes, com administração e processos de governação próprios, das quais a BP é accionista. A BP implementa as suas normas e políticas nas JV em que opera, sempre que o contrato de participação o permite. Nos casos em que



a BP não é a operadora ou é accionista de uma JV, incentivamos a adopção de normas e políticas comparáveis às nossas. Em Angola, trabalhamos em parceria em todas as nossas actividades de exploração e produção em *offshore*, o que é normal, face à natureza dos grandes investimentos que essa actividade exige. Participamos igualmente num projecto de desenvolvimento de uma fábrica de LNG perto de Soyo, que será o primeiro grande projecto de petróleo e gás no *onshore* de Angola.

Visão e estratégia A estratégia do Grupo BP inscreve-se em planos anuais e quinquenais e visa atingir o principal objectivo fixado pela Administração, ou seja, maximizar o valor das acções a longo prazo. Os segmentos e unidades de negócio, incluindo a BP em Angola, desenvolvem as suas estratégias em harmonia com a estratégia do grupo.

A nossa estratégia em Angola consiste em criar uma forte posição no sector *upstream*, caracterizada pelo desenvolvimento de um negócio de relevância material, com uma produção superior a 350 mil barris de petróleo por dia (bpd) em 2012 e com um retorno financeiro que reforce o desempenho global da BP. Pretendemos, paralelamente, ser uma destacada companhia de energia angolana.

Para atingir estes objectivos, desenvolvemos uma estratégia de âmbito nacional, que visa conciliar as nossas actividades empresariais quotidianas e o progresso do país. A estratégia reconhece que Angola enfrenta desafios na transformação da riqueza petrolífera em riqueza nacional. Deste modo, as agendas do negócio e do país estão intimamente ligadas. Pretendemos que a BP em Angola seja reconhecida como uma companhia local e uma força positiva, que represente um factor de diferença em termos de bem-estar e progresso para o povo angolano e a sua economia.

Governança e gestão do risco A nossa governação e sistemas de gestão corporativos estabelecem as bases para

determinar o que pretendemos fazer e como vamos fazê-lo. O sistema está concebido para permitir que o negócio atinja os seus objectivos comerciais – através da estratégia, planeamento e execução – e ao mesmo tempo que opera de uma forma segura, ética e responsável, mediante a aplicação de valores, normas e mecanismos de controlo.

Neste sentido, a nossa actuação pauta-se por:

- Limitações executivas: definem as fronteiras entre o conselho de administração e o *chief executive* do grupo (GCE), bem como as actividades e condições consideradas inaceitáveis pelo conselho de administração e delega poderes executivos ao GCE para o desempenho no âmbito destas limitações.
- Atributos da marca: Os atributos da nossa marca são ‘o desempenho’, ‘o progresso’, ‘a inovação’, e ‘o verde’.
- Valores do grupo: definem procedimentos e objectivos, frequentemente aspiracionais, em relação aos quais podemos medir a nossa performance e forjar a reputação do grupo. Incluem a aspiração de não sofrer acidentes, operar de modo a

proteger o ambiente, tratar os empregados com equidade, ter uma organização inclusiva e meritocrática, estabelecer relações mutuamente vantajosas e promover o respeito pelos direitos humanos e informações de gestão.

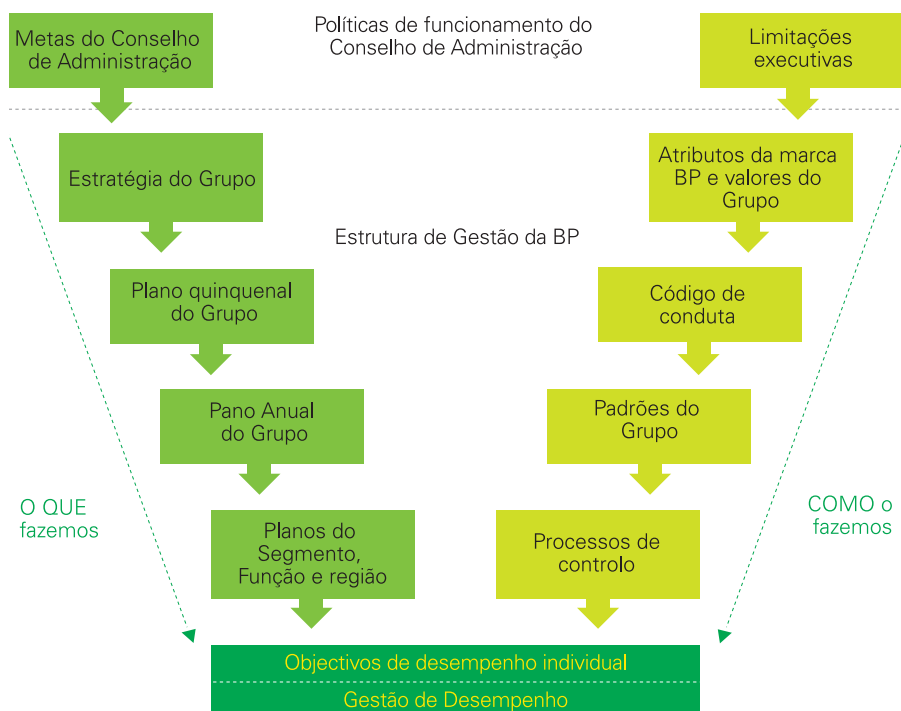
- Código de conduta da BP: O código de conduta traduz determinados valores do grupo em princípios e expectativas específicos e obrigatórios para todos os trabalhadores da BP.
- Normas do grupo: definem expectativas, processos e princípios claros a adoptar a nível mundial. O código de conduta e as regras de segurança na condução, o crédito, o planeamento da continuidade dos negócios e os procedimentos de avaliação e aprovação do investimento do grupo encontram-se plenamente operacionais. Foram aprovadas mais quatro normas que se encontram em fase de implementação: controlo do trabalho, gestão de integridade, segurança digital e segurança e três outras estão agora a ser definidas: operações marítimas, recursos humanos e comunicações da gestão.
- Processos de controlo: consistem em estruturas práticas que contribuem para a implementação.
- Objectivos de desempenho individual: definem o contributo esperado de cada trabalhador para o cumprimento do plano anual. Estabelecem as metas, objectivos, recursos, actividades e limitações individuais.

Para aplicar esta estrutura em Angola, em 2006 elaborámos um manual detalhado para chefes de equipa, intitulado ‘*How we work*’. Os chefes de equipa desempenham um papel importante na execução da estratégia empresarial, em conformidade com os nossos sistemas de gestão e governação corporativas. O *Leadership Council*, que representa a principal estrutura de chefia da organização, faculta também orientações visando o desenvolvimento e definição da estratégia empresarial, monitora o desempenho do negócio e gere os riscos associados aos resultados.

Os capítulos seguintes do presente relatório ilustram o funcionamento destes valores, normas e mecanismos de controlo no contexto das nossas actividades em Angola.

Metas do Conselho de Administração para os objectivos de desempenho individual

Traduzindo as metas em actividades e limitações executivas em limitações individuais



1.2 As nossas actividades empresariais

O envolvimento da BP em Angola remonta a meados dos anos 70. Durante a década de 90, a BP efectuou avultados investimentos no *offshore* angolano, que representa agora uma componente substancial da carteira de *upstream* da companhia.

Possuímos interesses em quatro dos principais blocos em águas profundas no *offshore* angolano. Operamos (i.e. gerimos) em nome do grupo de companhias parceiras, as actividades de exploração e desenvolvimento dos blocos 18 e 31. Somos parceiros nos blocos 15 e 17 e participamos igualmente no desenvolvimento de uma fábrica de LNG próximo de Soyo.

A nossa produção petrolífera em Angola deriva de quatro campos no *offshore*. Em 2006, a nossa produção bruta totalizou 784 mil bpd, sendo a parcela da BP de 133 mil bpd. As quotas de produção encontram-se divididas entre a Sonangol e o grupo empreiteiro, de acordo com o Contrato de Partilha de Produção (*Production Sharing Agreement*) (PSA) que define os termos do nosso compromisso com o governo angolano.

O Bloco 18 e o desenvolvimento 'Grande Plutónio' O programa de exploração do Bloco 18 foi notável a todos os níveis,

registando oito descobertas nos oito poços perfurados. O 'Grande Plutónio', que inclui cinco destas descobertas, é o primeiro desenvolvimento operado pela BP em Angola.

O desenvolvimento do Grande Plutónio apresenta vários desafios. Os campos encontram-se disseminados por uma vasta área, a uma profundidade de água entre 1.200-1.500 m. A tal profundidade e distância das infra-estruturas existentes, os sistemas de produção, armazenamento e transbordo flutuantes demonstraram ser um processo eficaz de exploração destes recursos. Em Angola, será utilizado um

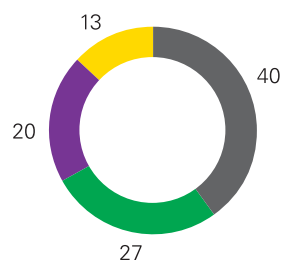
FPSO para processar e armazenar o petróleo e o gás extraídos, antes da sua exportação em petroleiros. Em Novembro de 2006, foi atingido um importante marco, quando o FPSO foi rebocado do seu estaleiro de Ulsan, na Coreia do Sul, dando início à sua viagem de dois meses rumo ao bloco 18.

O desenvolvimento foi aprovado em 2004 e os contratos encontram-se em fase avançada. O projecto entrará em produção de petróleo em 2007.

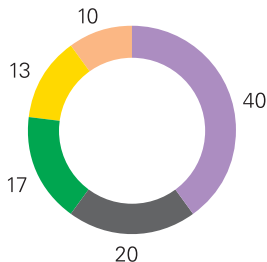
Block 31 A operação do bloco 31 foi concedida à BP Exploration (Angola)

Participação nos blocos (%)

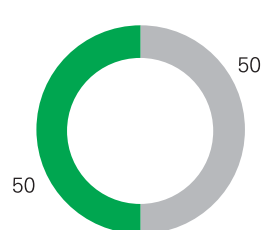
Bloco 15: operado pela ExxonMobil



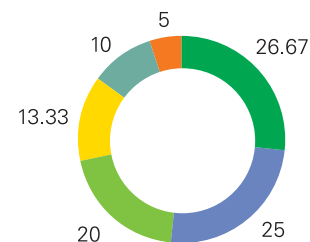
Bloco 17: operado pela BP



Bloco 18: operado pela BP



Bloco 31: operado pela BP

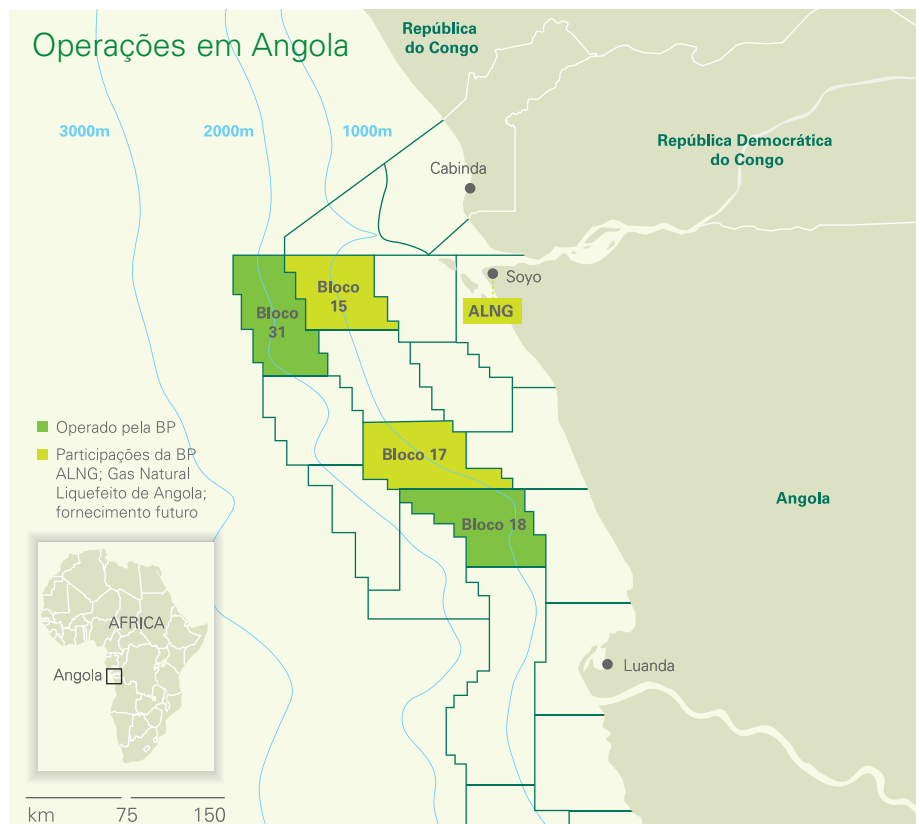


■ BP
 ■ Statoil
 ■ ExxonMobil
 ■ Eni
 ■ Marathon
 ■ SSI
■ Esso
 ■ TEPA
 ■ Norsk Hydro
 ■ Total
 ■ Sonangol

Limited em Maio de 1999. O Bloco 31, que cobre uma área de 5.349 km², é um dos chamados blocos de 'águas ultra-profundas', em que a profundidade varia entre 1.400-2.700 m. Esta situação apresenta grandes desafios, em termos de tecnologias de produção e perfuração, os quais são ainda agravados pelo sal próximo da superfície, que torna a exploração ainda mais complexa, distorcendo as imagens sísmicas – em termos leigos, isto é comparável à imagem distorcida de um objecto visto através de um vidro opaco. Como consequência, as zonas afectadas pelo sal exigem assim um processamento e interpretação sísmicos muito mais completos, antes do início da perfuração.

Durante 2006, foram efectuadas três novas descobertas no bloco 31. Em Maio, anunciámos a descoberta petrolífera 'Urano', a décima descoberta realizada pela BP neste bloco, depois de Plutão, Saturno, Marte, Vénus, Palas, Ceres, Juno, Astraea e Hebe.

O poço Urano foi perfurado a uma



O FPSO

Um FPSO (navio de Produção, Armazenamento e Transbordo) é uma instalação de produção em *offshore* com o formato de um navio, que armazena crude em tanques localizados no casco do mesmo. O crude é periodicamente transferido para petroleiros que o transportam para terra. Os FPSO podem ser utilizados como instalações de produção para desenvolver campos petrolíferos marginais ou em águas profundas, distantes das infra-estruturas de transporte existentes, sendo utilizados em todo o mundo desde os anos 70.

Pretendemos utilizar um FPSO para processar e armazenar o petróleo e gás descobertos antes da sua exportação em

petroleiros. O FPSO Grande Plutônio foi construído na Coreia do Sul pela Hyundai Heavy Industries. Tem 310 m de comprimento, 58 m de largura e 31 m de calado, dispoindo de instalações de produção e processamento, serviços e zonas de alojamento com capacidade para 180 pessoas. A produção do FPSO será aproximadamente de 220.000-240.000 barris de petróleo por dia. O FPSO encontra-se agora fundeado no *offshore* de Angola, tendo concluído a sua viagem de cerca de 20.000 km desde o estaleiro na Coreia do Sul.

profundidade de 1.938 m, cerca de 345 km a noroeste de Luanda e atingiu uma profundidade total de 4.578 m abaixo do nível do mar.

Esta é a primeira descoberta no Bloco 31 em que um poço de exploração foi perfurado através de camadas de sal para atingir os reservatórios de petróleo subjacentes. O poço foi testado a uma taxa de produção de 1.970 barris de petróleo por dia, tendo os testes confirmado uma capacidade de produção muito superior para todo o reservatório.

Em Outubro de 2006, teve lugar a descoberta petrolífera 'Titânia', Esta descoberta, localizada a uma profundidade de 2.152 m e 385 km a noroeste de Luanda, atingiu uma profundidade total de 5.339 m abaixo do nível do mar. Tal como o Urano, o poço de exploração foi perfurado através de camadas de sal para atingir os reservatórios de petróleo subjacentes. O poço foi testado a uma taxa de produção operacionalmente restrita de 2.045 barris de petróleo por dia.

'Terra' foi a terceira descoberta efectuada em 2006 e a décima segunda no bloco 31. O poço está situado a cerca

de 30 km a noroeste da descoberta Titânia. A descoberta foi feita a uma profundidade de 2.328 m, aproximadamente 411 km a noroeste de Luanda e atingiu uma profundidade total de 6.118 m abaixo do nível do mar. Os resultados dos testes indicam uma capacidade de produção prevista superior a 5.000 barris de petróleo por dia.

Bloco 17: operado pela Total Embora não seja operado pela BP, o bloco 17 aplicou muitas das lições adquiridas com as nossas explorações nas águas profundas do Golfo do México e a oeste de Shetland. Foram efectuadas até à data quinze descobertas no bloco 17, incluindo a principal descoberta na área, o Girassol, em 1996. O campo Girassol começou a produzir em 2001, tendo mantido um volume superior a 200.000 barris de petróleo por dia desde 2003. Para além do Girassol, o campo Dália entrou em produção em 2006.

Bloco 15: Campo Kizomba de águas profundas – operado pela Exxon Este bloco, em que a BP é um parceiro não operador, com 17 descobertas em 19

poços de exploração perfurados entre 1998 e 2004, – um sucesso de primeira categoria. Em conjunto com os nossos parceiros, continuaremos a explorar novas descobertas neste campo, mantendo simultaneamente as excelentes taxas de produção registadas.

Angola LNG: Operado pela Chevron e Sonangol – participação da BP 13.6%

Em conjunto com outros importantes operadores dos blocos de águas profundas, estamos a participar no desenvolvimento de um projecto em *onshore* de LNG de cinco milhões de toneladas por ano. O complexo ficará situado próximo do Soyo, cerca de 300 km ao norte de Luanda, na foz do Rio Congo.

O projecto irá pôr fim à queima do gás associado ao petróleo, gerar receitas, proteger o valor dos campos petrolíferos evitando a necessidade de reinjecção excessiva de gás e permitir o desenvolvimento de uma indústria *onshore* local. De acordo com o plano, as primeiras exportações de gás destas instalações terão início em 2011.

Em Outubro de 2006, teve lugar a descoberta petrolífera 'Titânia' localizada a uma profundidade de

2.152 m

e 385 km a noroeste de Luanda, atingiu uma profundidade total de

5.339 m

abaixo do nível do mar.



1.3 Desempenho económico-financeiro

Na qualidade de um dos principais investidores estrangeiros no *offshore* angolano, temos um impacto económico-financeiro significativo no país, que também reflecte a actual primazia das receitas derivadas do petróleo nas contas públicas. Futuramente, o desenvolvimento potencial de actividades *onshore*, como a produção de LNG, irá aumentar o peso financeiro das nossas operações no país.

As nossas relações financeiras com o governo angolano encontram-se definidas de forma detalhada nos PSAs.

Os pagamentos efectuados ao abrigo dos PSAs representam a componente mais directa do nosso impacto económico-financeiro. Pagamos um montante substancial de impostos ao governo sob a forma de receitas de produção. O nosso investimento de capital é também significativo, tendo

totalizado USD 1.840 milhões em 2006. Temos também uma influência e responsabilidade significativas na qualidade de utilizador de fornecedores e empreiteiros locais e calculamos ter gasto o equivalente, a cerca de USD 300 milhões na compra de bens, serviços e mão-de-obra, no âmbito do conteúdo local em 2006. A formação e desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços que asseguramos poderão de igual modo

traduzir-se em benefícios económicos para o país em geral.

Somos ainda um importante empregador de cidadãos angolanos e, nos próximos anos, continuaremos a aumentar a percentagem de cargos preenchidos por cidadãos Angolanos. O objectivo da 'Angolanização' e a sua concretização encontram-se pormenorizadamente descritos nas páginas 20-21.

Somos ainda um importante empregador de cidadãos angolanos e, nos próximos anos, continuaremos a aumentar a percentagem de cargos preenchidos por cidadãos Angolanos.

O nosso investimento de capital é também significativo, tendo totalizado

USD 1.840 milhões
em 2006.



1.4 Diálogo e compromisso

Interagimos regularmente com grupos muito diversificados – incluindo o governo, comunidades, líderes de opinião, organizações não governamentais, mutuantes, fornecedores e parceiros comerciais. Através do diálogo e compromisso com estes grupos, pretendemos estabelecer relações mutuamente vantajosas, ou seja benéficas para os nossos parceiros e para nós próprios.

A escala e natureza das nossas operações em Angola levaram-nos a desenvolver uma vasta rede de relações no país, incluindo o governo central, regional e local, associações da indústria petrolífera, comunidades locais, universidades e organizações não governamentais (ONG). O elevado nível de interesses externos no desenvolvimento angolano exige também o estabelecimento de relações construtivas com governos internacionais e a União Europeia, associações comerciais (como a Câmara de Comércio EUA-Angola) e outras companhias petrolíferas não angolanas que operam no país.

Relações com o governo Face à necessidade de responder ao contexto político, social e económico em rápida evolução, as nossas relações com o governo assumem particular relevância, ajudando-nos a identificar e avaliar situações susceptíveis de afectar o nosso negócio. Estas podem ter um carácter estratégico, como a avaliação das implicações comerciais da adesão de Angola à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) ou a resposta à política do governo de trabalhar com outras companhias

petrolíferas nacionais, que são novos intervenientes no mercado angolano. Colaboramos igualmente com o governo, a fim de promover a transparência das receitas e uma boa governação (ver secção 2.3).

Para além de avaliar e reagir a estes acontecimentos de grande alcance, que irão determinar a evolução do mercado angolano de petróleo e gás nos próximos anos, interagimos regularmente com o governo em questões mais imediatas que afectam o cenário operacional corrente. Trabalhamos em conjunto, por exemplo, para resolver os atrasos e problemas que podem ocorrer no desempenho de actividades económicas de rotina, tais como desalfandegamentos, obtenção de vistos para os trabalhadores ou licenças para as operações em curso.

Em 2006, as nossas conversações com o governo incidiram sobre importantes desenvolvimentos jurídicos e legislativos relacionados com questões que, sem o contributo do sector económico para o processo de desenvolvimento político, poderão ter um impacto negativo no ambiente operacional e ameaçar a capacidade, por parte das empresas, de protegerem o seu investimento e produzirem resultados.



Face à necessidade de responder ao contexto político, social e económico em rápida evolução, as nossas relações com o governo assumem particular relevância.



Sonangol As nossas actividades em Angola envolvem uma parceria com a petrolífera estatal Sonangol, que é responsável pela gestão do desenvolvimento dos recursos de hidrocarbonetos do país. Colaboramos com a Sonangol em numerosos domínios, incluindo operações e esforçamo-nos em conjunto para desenvolver uma cadeia de abastecimento da indústria petrolífera nacional mais forte (ver secção 2.4).

Comunidades Reconhecemos que a expansão das nossas operações em 2007 e nos próximos anos nos sujeita a um escrutínio e a exigências crescentes por parte de intervenientes externos. Refira-se, a título de exemplo, a necessidade de criar laços com a comunidade local do Soyo, na província do Zaire, localidade prevista para a construção da fábrica de LNG com os nossos parceiros. A equipa do projecto de LNG já realizou um estudo de impacto ambiental e social, a fim de determinar as necessidades da comunidade e os efeitos potenciais do projecto. O estudo visa identificar formas de reduzir as consequências negativas e maximizar os benefícios. Prosseguiremos o nosso

engajamento com as comunidades angolanas.

Para tal, podemos aproveitar a experiência adquirida nas consultas formais e informais às comunidades, efectuadas desde finais dos anos 90, bem como nas consultas regulamentares relacionadas com os Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Estes têm sido realizados desde há vários anos, no âmbito das actividades de prospecção sísmica e de perfuração requeridas para a exploração. Um EIA para o desenvolvimento Grande Plutónio foi submetido a consulta pública em 2004. Em 2004 e 2005, foi efectuado um estudo adicional em relação ao programa sísmico no bloco 31. Nestes casos, a consulta às partes interessadas constituiu parte integrante do estudo.

Trabalhadores Os nossos trabalhadores são, obviamente, uma componente chave. A comunicação interna processa-se de múltiplas formas, desde a comunicação directa até eventos mais formais, como 'townhalls', em que as comunicações da gestão são normalmente apresentadas por um membro da liderança do grupo, antes do debate. São utilizados *e-mails*, *newsletters*, revistas, vídeos e a *intranet*

para garantir o envio e recepção simples e eficiente das mensagens. Em 2006, realizámos ainda o *People Assurance Survey* (PAS) bianual, o qual permite conhecer as opiniões dos trabalhadores sobre a companhia e o seu trabalho. São apresentados mais pormenores nas páginas 22-23.

Gerir a nossa reputação Tendo em conta a escala alargada das nossas operações, desenvolvemos uma abordagem mais estruturada à gestão da nossa reputação, baseada no nosso primeiro plano de gestão da reputação. Este plano, elaborado após meses de estudo e debate dentro e fora de Angola, define a necessidade de comunicação com diferentes audiências para atingir a excelência operacional e resultados económicos palpáveis.

Contamos ainda com um Conselho de Reputação Nacional (*Country Reputation Council*) (CRC). A missão do CRC, que envolve consultores externos, consiste em facultar uma visão alternativa em questões e riscos no panorama angolano que a companhia necessita de enfrentar. Em 2006, o CRC reuniu por duas vezes em Angola, proporcionando um valioso contributo às nossas estratégias e planos de acção.

1.5 Saúde e Segurança no trabalho

Em 2006, a BP em Angola prosseguiu o esforço de melhoria das suas práticas de segurança, centradas em quatro pontos (conhecidos pelos 'quatro Ps' – plant, people, processes and performance) – segurança a nível das nossas instalações, pessoal, processos e desempenho – tendo procurado implementar sistemas mais abrangentes de gestão nestas quatro dimensões nas suas operações. Estes temas serviram de base a uma análise de revisão da nossa cultura e práticas de segurança, com vista a implementar e melhorar continuamente uma sólida estrutura de segurança, que acompanhe a expansão da nossa actividade.

Segurança no trabalho: desenvolvimento de competências Em 2006, a definição da escala e competências da equipa Saúde, Segurança no trabalho, Segurança e Ambiente (*Health, Safety, Security and Environment*) (HSSE) de Angola foi alvo de especial atenção. De acordo com o objectivo de nos tornarmos uma companhia local de energia, procedemos ao recrutamento de cidadãos angolanos e à elaboração de planos (incluindo frequentemente *coaching* em HSSE) para o pessoal existente e novo. O desenvolvimento de competências e a formação assumem particular importância, face à ausência de especialistas em HSSE no país. O desenvolvimento da nossa capacidade organizacional vai muito mais além do recrutamento e formação de novos trabalhadores, exigindo uma aprendizagem contínua, em termos individuais e colectivos, mesmo em áreas a que sempre dedicámos a nossa atenção. Por exemplo, de acordo com a prática do grupo, no *People Assurance Survey* interno começamos por analisar as atitudes e comportamentos dominantes em matéria de segurança no trabalho (ver secção 1.8). Segundo os resultados obtidos, 93% dos inquiridos em Angola consideravam as suas

competências e aptidões neste domínio adequadas aos cargos que desempenhavam. Noventa por cento pensavam que o seu supervisor ou superior directo estava aberto a receber informações sinceras sobre comportamentos de segurança, mesmo que fossem más notícias. Em termos gerais, 87% dos inquiridos expressaram uma opinião favorável sobre as preocupações da BP relativamente à saúde e segurança dos trabalhadores. Embora positivos, estes números revelam que ainda é possível fazer mais e melhor e, paralelamente, podem reflectir um elemento de confiança excessiva.

Gestão de desempenho Procuramos também consolidar a estrutura da organização da saúde e segurança através da introdução de processos de gestão da performance mais formalizados. Estamos a desenvolver um novo sistema de gestão operacional (*Operating Management System*) (OMS) que está a ser introduzido a nível do grupo e irá integrar os processos existentes ou complementá-los, quando apropriado. O OMS englobará de forma sistemática todos os aspectos das nossas operações, incluindo as quatro



dimensões da segurança (instalações, pessoas, processos e desempenho) bem como a saúde e protecção ambiental.

Segurança dos processos Em termos de segurança dos processos, adoptámos medidas para implementar as melhorias identificadas no 'plano de seis pontos', uma abordagem a nível do grupo que define prioridades de investimento e acção. No caso de Angola, a capacitação das equipas (nomeadamente em relação às áreas de segurança no trabalho e

operações, através da formação e desenvolvimento) foi um dos aspectos particularmente relevantes deste plano, devido à dimensão do nosso negócio. Efectuámos também uma importante avaliação de riscos de acidente – uma exigência da norma de Gestão de Integridade do grupo para locais em que as actividades possam representar um risco significativo em relação às pessoas e ao ambiente.

Segurança pessoal A melhoria da segurança pessoal em Angola exige uma maior sensibilização individual para a importância deste factor na identificação e gestão do risco. Um desafio inerente a esta abordagem consiste em educar e capacitar os empreiteiros locais que, frequentemente, não partilham os nossos valores ou experiência de segurança.

Em certos casos, o desafio pode ser ainda mais fundamental – a falta de normas significa que alguns fornecedores locais não dispõem sequer do equipamento básico necessário para garantir um nível de protecção pessoal razoável. Nas nossas relações com as empresas locais, tentamos transmitir os nossos valores e práticas de segurança,

contribuindo assim para desenvolver as suas próprias capacidades.

O trabalho de promoção da segurança rodoviária constitui um exemplo deste esforço de sensibilização para a segurança. A condução é uma preocupação prioritária em todo o Grupo BP, dado que os acidentes de viação têm sido a principal causa individual de morte dos trabalhadores nos últimos oito anos. Em Angola, as estradas danificadas, o congestionamento de tráfego, o comportamento dos condutores e a má qualidade de muitos veículos tornam a condução uma actividade de alto risco. Continuamos a trabalhar no sentido de reduzir o número e frequência de acidentes de viação em Angola, os quais aumentaram em 2006.

Temos ministrado formação e acompanhamento aos condutores e fornecido veículos com vista a satisfazer a norma de condução segura do Grupo BP. Princípios a utilizar uma ferramenta denominada 'Drive Right' para controlar e partilhar ensinamentos sobre os comportamentos de condução. Facultamos ainda orientações de segurança abrangentes a todos os que se deslocam a Angola e apoio aos visitantes durante a sua estadia no país.

O desafio da capacitação de pessoas e equipas com vista à melhoria da segurança não afecta apenas os negócios sediados em Angola. A construção do FPSO na Coreia do Norte veio demonstrar os desafios de trabalhar num ambiente de projecto em que podíamos

Desempenho de segurança no trabalho em Angola

	2004	2005	2006
Fatalidades dos trabalhadores	0	0	0
Frequência de Casos de Dias de Baixa	0.1	0	0.06
Frequência de Ferimentos Registáveis	0.2	0.14	0.25
Taxa Total de Acidentes com Veículos	11.53	4.56	23.35
Horas de trabalho	1.878.661	4.295.913	6.433.581
Quilómetros conduzidos	1.300.405	2.193.063	3.340.962



Influenciando a segurança dos empreiteiros na Hyundai Heavy Industries

O FPSO Grande Plutónio foi construído pela Hyundai Heavy Industries (HHI) em Ulsan, Coreia do Sul. A construção foi efectuada em duas áreas distintas de Ulsan; o casco foi construído nos estaleiros da HHI, sendo a fabricação e integração das instalações do convés feitas nos estaleiros da empresa em *offshore*.

A gestão e influência de segurança no trabalho nos dois estaleiros revelou-se um desafio considerável. O FPSO Grande Plutónio era apenas um dos numerosos projectos nos estaleiros, tendo a HHI sido muito pressionada para

cumprir as normas de segurança exigidas à indústria petrolífera.

Nos nossos contactos com a HHI, a segurança a todos os níveis esteve sempre em foco, envolvendo compromissos de vários clientes com a HHI para pôr em prática planos e acções tendentes a promover a segurança. Por exemplo, trabalhamos em conjunto com outros clientes da indústria petrolífera em iniciativas como a criação de um pacote de iniciação à HSE, a elaboração de um manual de segurança e o aumento da visibilidade da liderança em questões relacionadas com a segurança. O Projecto Grande Plutónio implementou um sistema inovador para recompensar o bom desempenho dos trabalhadores da HHI nesta área, incluindo distinções e prémios semanais e mensais.

Graças a estes esforços, foi possível demonstrar melhorias no desempenho de segurança, à medida que a construção do FPSO Grande Plutónio avançava, incluindo mais de 2 milhões de horas de trabalho sem acidentes com interrupção do trabalho.

influenciar mas não controlar as normas de segurança aplicadas no local (ver caso de estudo).

Desempenho de segurança no trabalho

A não ocorrência de fatalidades durante o ano é um facto que nos enche de grande satisfação. O final de 2006 marcou um período de trabalho de mais de um ano no projecto Grande Plutónio sem qualquer caso de dia de baixa (*Day Away from Work Case*) (DAFWC).

A tabela na página anterior contém um resumo do nosso desempenho de segurança no trabalho, sendo apresentados mais pormenores na tabela de indicadores de desempenho da página 34.

Apesar deste desempenho satisfatório, reconhecemos a necessidade de nos mantermos vigilantes. Registámos, por exemplo, uma série de incidentes de elevado potencial – ou seja, casos que poderiam ter resultado em incidentes graves. Estes incidentes vieram alertar-nos para a necessidade de um cuidado e atenção permanentes em matéria de segurança no trabalho. Isto é particularmente importante no período que se avizinha, em que o número de trabalhadores continua a aumentar rapidamente e a natureza das nossas actividades passa a incluir a operação do FPSO.

Saúde A redução dos riscos para a saúde do nosso pessoal em Angola representa um desafio significativo. Estes riscos resultam não só da possibilidade de acidentes no local de trabalho, devido à natureza de alto risco inerente a muitas das nossas operações, mas também de factores mais alargados, como a prevalência de malária e cólera. São ainda agravados pela necessidade de melhores instalações de cuidados de saúde no país e pela escassez de profissionais de cuidados de saúde qualificados que actualmente se faz sentir.

Desenvolvemos várias iniciativas para enfrentar estes desafios. Em 2006, por exemplo, iniciámos um processo de recrutamento para criar uma equipa de saúde ocupacional qualificada para lidar com os riscos laborais que registamos nas nossas actividades quotidianas. Este

esforço será complementado por um programa de formação e desenvolvimento que inclui higiene industrial.

Asseguramos a cobertura total de cuidados de saúde do nosso pessoal através de um plano de assistência médica e do acesso a estabelecimentos de saúde. Este apoio, acessível a nacionais e expatriados, é assegurado pela ISOS (uma organização médica de primeira intervenção) através de instalações locais. Para promover a capacidade local, optámos por utilizar clínicas locais em detrimento de estabelecimentos privados dedicados ao nosso pessoal. Em caso de necessidade, oferecemos a possibilidade



A política da BP em Angola de controlo da malária visa proporcionar aos trabalhadores e suas famílias, empreiteiros e visitantes um conhecimento completo da doença e as medidas preventivas que devem ser tomadas.

de tratamento fora do país aos nossos trabalhadores e seus familiares ou dependentes imediatos.

Malária, cólera e HIV/SIDA

Implementámos planos para enfrentar problemas de saúde pública mais amplos, como a malária, HIV/SIDA e a possibilidade de gripe pandémica.

A malária continua a ser um dos maiores riscos de saúde para quem trabalha e vive em Angola, sendo este país uma região endémica de malária com uma das formas mais graves da doença. Calcula-se que a malária é responsável por cerca de dois terços das consultas externas em Angola e a principal causa de morte de crianças abaixo dos cinco anos. As mulheres angolanas têm a probabilidade de um para nove de morrer por causas relacionadas com a maternidade, estando metade das mesmas directamente associadas à malária. Nesta conformidade, o nosso plano de controlo da malária centra-se na sensibilização e educação do pessoal e seus familiares, visitantes e empreiteiros, relativamente aos riscos desta doença.

Têm sido igualmente considerados outros riscos de saúde. Em 2006, desenvolvemos um plano pandémico, de acordo com os requisitos do grupo e estamos também a implementar a nossa política regional sobre HIV/SIDA. Embora a informação estatística actual sobre a taxa de HIV/ SIDA não seja fidedigna, receia-se que com o aumento da mobilidade a infecção alastre ainda mais. A educação é um factor de prevenção importante. A nível externo, realizámos iniciativas de sensibilização em populações alvo da comunidade, ao passo que internamente, utilizamos um programa de educadores de pares que visa favorecer a discussão e a prevenção do HIV entre os seus grupos.

Em resposta ao surto de cólera que vitimou cerca de 2.000 pessoas em Angola em 2006, apoiámos várias ONGs com a compra de medicamentos. Para maximizar o efeito dos nossos esforços, participamos nas acções de auxílio humanitário levadas a efeito por outras companhias petrolíferas.

1.6 Operações amigas do ambiente

A BP em Angola está profundamente empenhada com os mais elevados padrões de desempenho ambiental, aspirando atingir o objectivo definido pelo grupo de 'não danificar o ambiente'. A adopção de práticas correctas de saúde, segurança e ambiente é a essência da nossa filosofia, sendo fundamental para o sucesso das nossas operações. Através dos nossos sistemas e processos de gestão de HSE e do comportamento individual, procuramos alcançar os mais elevados padrões de desempenho ambiental.

Os potenciais impactos ambientais das nossas actividades distribuem-se basicamente pelas seguintes áreas:

- Geração, gestão e eliminação de resíduos: as operações realizadas nas plataformas e unidades logísticas produzem resíduos perigosos e não perigosos.
- Descargas de perfurações: incluem os *cuttings* provenientes da perfuração do fundo do mar para construir um poço. Quando descarregadas no mar, as lamas de perfuração que aderem aos *cuttings* podem assentar e depositar-se no fundo do mar.
- Emissões atmosféricas: são essencialmente produzidas pela queima de combustíveis nos motores das plataformas e navios e pelas operações de geração de energia, limpeza e teste de poços.
- Derrames acidentais.
- Emissões sonoras e impacto dos estudos sísmicos na fauna marinha.

Para gerir estes impactos, criámos um Sistema de Gestão Ambiental (*Environmental Management System*) (EMS) certificado segundo a norma ISO14001, o qual foi desenvolvido com base num ciclo tradicional de 'planear, realizar, medir e melhorar'. O nosso EMS exige a publicação de uma declaração



A nossa estratégia de gestão de resíduos envolve a cooperação com empreiteiros, associações da indústria petrolífera e organismos governamentais competentes com vista à adopção das melhores práticas.

ambiental validada. Embora seja prática normal da BP emitir este relatório de três em três anos, iremos também emití-lo anualmente face à rápida expansão do conjunto das nossas actividades. O relatório actual foi certificado pela empresa independente Det Norske Veritas (DNV), encontrando-se uma cópia disponível no nosso website www.bp.com.

Gestão de resíduos A nossa estratégia de gestão de resíduos envolve a cooperação com empreiteiros, associações da indústria petrolífera e organismos

governamentais competentes com vista à adopção das melhores práticas. Assim, por exemplo, apoiamos o trabalho desenvolvido pela ACEPA (*Association of Companies for Exploration and Production in Angola*) (Associação das Companhias de Exploração e Produção de Petróleo em

Eliminação de resíduos (toneladas)

	2004	2005	2006
Perigosos	50	138	673
Não perigosos	84	239	353



Angola) para aperfeiçoar os padrões regulamentares e operacionais de gestão de resíduos em Angola. Acreditamos que a melhoria das infra-estruturas de gestão de resíduos irá beneficiar a indústria e o país em geral.

O nosso desempenho é avaliado através de auditorias internas e inspecções. Procuramos minimizar a quantidade de resíduos produzidos, mediante o recurso a contentores reutilizáveis e a graneleiros para transportar abastecimentos para as nossas plataformas de perfuração. Quando não é possível implementar a redução de resíduos, tentamos reutilizar materiais, processando e reutilizando lamas de perfurações. Reciclamos igualmente certos materiais, como sucata, e quando necessário, eliminamos os resíduos operacionais através de incineração ou aterro, por intermédio de operadores internacionalmente certificados.

Apresentam-se seguidamente os volumes de resíduos gerados *offshore* nos blocos 18 e 31 e enviados para terra. O aumento de volume dos resíduos sólidos gerados reflecte o aumento das operações em *offshore*.

Descargas de perfuração Embora as descargas para a água derivem de uma série de actividades associadas às operações de perfuração, como tratamento de água para drenagem ou lavagem de tanques, o principal problema consiste no tratamento dos *cuttings*. A gestão dos *cuttings* é um problema para a indústria petrolífera mundial, exigindo a

consideração de vários factores, como impacto ambiental, segurança e custo.

Os EIA independentes realizados nos blocos 18 e 31 demonstraram a inexistência de impactos na zona terrestre ou intertidal no decurso das operações normais de exploração e perfuração e impactos irrelevantes a nível da indústria pesqueira, ovas e larvas de peixes, tartarugas, aves marinhas, baleias, golfinhos ou zonas húmidas. Registaram-se indícios de eventuais impactos menores no sistema bentónico marinho, susceptíveis de serem minorados com o emprego de lamas de base sintética. A nossa perfuração em

águas profundas foi portanto executada com o auxílio destas lamas, que são menos tóxicas e se degradam mais rapidamente do que as lamas petrolíferas.

Devido a uma avaria do equipamento de limpeza de *cuttings*, em 2006, a BP excedeu o limite regulamentar de 5% de petróleo em *cuttings*, durante as operações de perfuração no bloco 18. Os incidentes foram devidamente geridos em consulta com o Ministério do Petróleo.

Emissões atmosféricas As principais emissões atmosféricas das nossas operações em *offshore* derivam da

Emissões atmosféricas (em toneladas): blocos 18 e 31 (operados pela BP)

	2004	2005	2006
SOx	5	17	108
NOx	72	272	1.587
Hidrocarbonetos não metano	9	26	260

Quota de emissão de gases de efeito de estufa (toneladas de CO₂ equivalente): blocos 18 e 31 (operados pela BP)



Quota de emissão de gases de efeito de estufa (toneladas de CO₂ equivalente): blocos 15 e 17 (não operados pela BP) e blocos 18 e 31 (operados pela BP)





Colaborando na protecção da biodiversidade

A nossa abordagem à protecção da biodiversidade em Angola, definida no âmbito do plano de acção para a biodiversidade da BP em Angola, inclui uma parceria de investigação para aumentar o conhecimento dos ambientes marinhos de águas profundas onde decorrem as actividades de exploração. Utilizamos veículos de comando à distância para estudar o fundo do oceano e recolher novos dados sobre o ambiente marinho. Trabalhamos em parceria com o Instituto de Oceanografia Scripps, o Centro Oceanográfico de Southampton, o Projecto Serpent, a Universidade de Aberdeen e a Universidade A&M do Texas.

Os nossos esforços resultaram em algumas descobertas notáveis. Em 2005, o projecto Serpent identificou uma nova espécie de anfípode – um pequeno crustáceo – nas águas profundas do bloco 31. No bloco 18, foi descoberta uma espécie de peixe totalmente nova em 2006, cujo nome apenas será divulgado quando for recolhido um espécime e confirmadas as suas características.

Há sempre mais a aprender mas, até à data, a nossa abordagem já conduziu à descoberta de novas espécies e

tem apoiado a publicação de vários artigos científicos. Além disso, os dados recolhidos são igualmente utilizados nos Estudos de Impacto Ambiental referentes aos projectos por nós operados em Angola, ajudando-nos a incluir considerações ambientais nas operações.

Acreditamos que o programa para a diversidade em águas profundas da BP em Angola é o mais completo do género até agora. A informação que continua a fornecer deverá revelar-se extremamente útil nos próximos anos para a BP e a comunidade científica em geral.

combustão de gásóleo durante as operações nas plataformas e nos navios e, em menor grau, da queima de petróleo e gás durante os testes e limpeza dos poços. Os dados indicados na página anterior referem-se a emissões para a atmosfera dos blocos 18 e 31 operados pela BP. São igualmente apresentadas as emissões de gases de efeito de estufa, numa base de quotas, nos blocos 15 e 17 nos quais detemos interesses comerciais mas não operamos.

Prevenção de derrames A prevenção de derrames é um elemento chave do controlo da perfuração. De acordo com as melhores práticas da indústria, foi implementado um plano de contingência para derrames de petróleo e criada uma equipa de emergência. As companhias

petrolíferas que operam em Angola celebraram um acordo de ajuda mútua, com vista a desenvolver, manter e melhorar os procedimentos e garantir assistência e cooperação no controlo e limpeza de eventuais derrames de grandes proporções.

Em 2006, tivemos dois derrames reportáveis, em que o volume derramado foi superior a um barril. Os acidentes foram investigados, de modo a extraírem-se lições susceptíveis de prevenir novas ocorrências.

Actividades sísmicas O ruído associado às operações de perfuração e as sondagens sísmicas podem afectar a fauna marinha, como mamíferos e tartarugas. Para minorar estes riscos, as actividades de perfuração e sondagem

necessárias à exploração foram objecto de EIAs, na sua maioria efectuados em 2004 e 2005.

A protecção do ambiente marinho exige a presença de observadores de mamíferos marinhos (*Marine Mammal Observers*) (MMO) nos navios sísmicos que exploram as formações geológicas submarinas. O observador tem por missão sensibilizar o pessoal a bordo para a presença dos mamíferos marinhos e tentar garantir o afastamento dos animais da área de operações sísmicas, através de procedimentos bem definidos. Na qualidade de cientistas experimentados, os MMOs podem contribuir para o estudo da biodiversidade marinha, identificando e registando os movimentos das espécies nas áreas de operações.

1.7 Segurança e direitos humanos

A paz e a estabilidade política que se vivem em Angola desde 2002 conduziram a um período de aspiração económica, expectativa social e mobilidade pessoal crescentes. Estes desenvolvimentos, embora positivos, criam também desafios. A migração urbana, por exemplo, nomeadamente para Luanda, sujeita as infra-estruturas físicas e sociais básicas a uma sobrecarga considerável, anteriormente negligenciadas durante longos anos devido à guerra. A experiência de outros países demonstrou que quando as expectativas são elevadas, a não satisfação das aspirações sociais pode causar graves riscos para a segurança.

No contexto dos negócios, esta fase transitória de aspiração económica e crescente geração de riqueza origina uma série de riscos a nível da segurança empresarial e individual, incluindo crime, fraude e corrupção. A título de exemplo, a taxa de pequenos delitos é elevada, sendo uma ameaça quer para o pessoal Angolano como para os expatriados.

Desenvolvemos processos e políticas visando proteger pessoas e bens, incluindo identificação e gestão de riscos, sensibilização e formação, bem como participação, análise e prevenção de incidentes.

Para garantir a adequação e alinhamento da nossa abordagem com os padrões de gestão de segurança do grupo, comparámos as nossas políticas e práticas com as do sistema 'Getting Security Right' (GSR) de 2006 do grupo. O GSR proporciona uma abordagem sistemática à gestão dos riscos de segurança e tenta garantir a concentração dos nossos esforços nos requisitos operacionais e alinhamento com os objectivos de negócios. Num *workshop* realizado em Novembro, que incluiu formação especializada e orientações das equipas de segurança regionais e internacionais da BP, foram debatidos problemas e avaliadas práticas nas áreas de liderança, responsabilização, avaliação e

gestão de riscos, pessoal, formação e comportamentos, informação e documentação e análise e prevenção de incidentes. As recomendações então efectuadas serão muito úteis no nosso esforço para conseguir uma segurança sem falhas.

Reconhecemos que um envolvimento positivo com as comunidades locais favorece a segurança. Mantemos relações com a sociedade civil angolana, integrando-nos nas comunidades locais e tentando garantir a coordenação da segurança e a partilha de informação através da cooperação com outras organizações. Colaboramos igualmente com a Sonangol, as forças armadas e a polícia angolanas em questões de segurança.

Direitos humanos Um aspecto importante das nossas relações com as forças de segurança prende-se com a gestão dos direitos humanos.

As petrolíferas internacionais têm sido alvo de críticas das organizações de direitos humanos, que as acusam de não tomar medidas suficientes para evitar abusos dos direitos humanos em áreas em que a segurança está a cargo das autoridades do país. A BP apoia e aplica os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, concebidos para salvaguardar os



direitos humanos, garantindo que as forças policiais e de segurança e entidades privadas encarregues de proteger as instalações de energia ou o pessoal, recebem formação adequada e são devidamente controladas. A protecção dos direitos humanos a nível operacional é por nós entendida como parte de um panorama mais vasto, em que a sociedade civil e a estabilidade regional a longo prazo são apoiadas através da promoção do respeito pelos direitos humanos e estabelecimento do estado de direito.

Tentámos promover, em Angola, uma maior sensibilização para os princípios voluntários, a fim de fomentar a sua aplicação efectiva. Em Novembro de 2006, teve lugar em Luanda um seminário sobre estes princípios, durante o qual reafirmámos o nosso compromisso com os mesmos e a sua importância na salvaguarda dos direitos de todos os indivíduos directa ou indirectamente afectados pelas nossas actividades.

1.8 Os nossos trabalhadores

A nossa visão em Angola é sermos reconhecidos como uma companhia operadora angolana, preenchida e liderada por angolanos, que preste um contributo positivo para o bem-estar e progresso do povo angolano e a economia nacional.

A criação de uma força de trabalho local em qualquer parte do mundo onde operamos é um importante objectivo do grupo, que corresponde aos nossos valores fundamentais e ao nosso esforço para implementar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo. O emprego de recursos locais, como pessoas recrutadas localmente ou o recurso a fornecedores do país pode também ser vantajoso do ponto de vista económico. Assim, criar uma companhia local de energia significa criar um negócio sustentável.

‘Angolanização’ O nosso objectivo de sermos uma companhia local de energia é reforçado por metas estabelecidas pelo governo para o emprego e formação de cidadãos angolanos e definidas num decreto governamental derivado dos PSA.

Este decreto estabelece quotas de trabalhadores angolanos em três grandes categorias, que podem ser descritas como trabalhadores pouco qualificados, técnicos/profissionais e quadros superiores. Em cada categoria, a percentagem mínima de angolanos cinco anos após a primeira produção de petróleo como operador é de 70%. Entre o pessoal pouco qualificado, a

meta é de 100% de angolanos na data da primeira produção de petróleo.

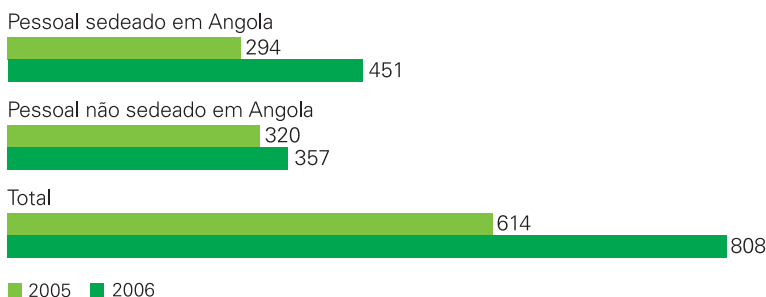
Atingir estas metas implica um esforço considerável. Encontrar e recrutar um número suficiente de angolanos num contexto sectorial em rápida expansão representa um desafio, que exige acções de recrutamento em Angola, Brasil, África do Sul, Portugal, Estados Unidos e Reino Unido. Formar quadros superiores dentro dos limites de tempo previstos é também uma tarefa árdua, devido ao nível de experiência que exigimos dos nossos trabalhadores para que possam ocupar estes cargos.

No final de 2006, a Unidade de Negócios de Angola empregava 808 pessoas comparativamente com 614 em 2005, 56% das quais estavam sediados

em Angola. Em 2006, foram recrutados 126 angolanos, representando cerca de 80% do novo recrutamento em toda a unidade de negócios. O recrutamento incluiu áreas como perfuração e acabamentos, operações, engenharia de subsuperfície, aprovisionamento, contratos e gestão da cadeia de aprovisionamento, comercial, recursos humanos, comunicações digitais e HSSE.

Perseguindo o nosso objectivo de sermos uma companhia local de energia, desenvolvemos um plano para a força de trabalho angolana, que consiste numa previsão de 10 anos (até 2015) das necessidades de mão de obra do negócio e contém projecções referentes ao número de trabalhadores, pessoal empreiteiro, técnicos estagiários e

Força de Trabalho da BP Angola



prestadores de serviços. Cada disciplina desenvolveu o seu próprio plano com base nas previsões de mão de obra, especificando as acções a empreender para satisfazer as necessidades identificadas.

Por exemplo, as actividades de pré-recrutamento (como bolsas internas ou bolsas de estudo) são um elemento importante, devido à necessidade de se desenvolver a dimensão e os talentos da base de recrutamento.

Calculamos que a força de trabalho atinja o máximo por volta de 2012, altura em que segundo as projecções estarão empregadas no negócio de Angola 1.750 pessoas.

O programa 'people basics'

Implementámos uma série de processos de base, com vista a garantir que todos os nossos trabalhadores tenham oportunidade de progredir, de acordo com uma avaliação clara e regular do seu desempenho e objectivos. O programa

'people basics' inclui um período de iniciação de seis meses, avaliações anuais do desempenho, definição de objectivos individuais, planos de desenvolvimento pessoal e acompanhamento (*coaching*). São organizados, 'People days' (Dias do trabalhador) pelo menos uma vez por ano, nos quais se analisa o plano de desenvolvimento pessoal de cada colaborador.

Oportunidades de formação e desenvolvimento

As metas da angolanização significam que a formação e o desenvolvimento constituem uma prioridade para a nossa actividade. Para as atingir, são utilizados múltiplos processos, incluindo programas em Angola e no estrangeiro. Um destes planos incide no desenvolvimento acelerado de capacidades de liderança para angolanos com potencialidades elevadas. Trata-se de um programa intensivo, que inclui acompanhamento (*coaching*) de liderança profissional.

Todos os anos, oferecemos a novos licenciados com menos de três anos de experiência, a oportunidade de participarem no nosso programa Challenge, o programa de desenvolvimento para licenciados da BP. O projecto oferece aos participantes formação on-the job com o apoio de um mentor, acompanhamento técnico e formação especialmente adaptada. Em 2006, participaram no programa 29 recém licenciados.

As bolsas de estudo e bolsas internas permitem ao pessoal seguir cursos técnicos e académicos para melhorar as suas aptidões e qualificações. Em 2006, onze bolseiros iniciaram cursos de quatro anos em petroquímica e engenharia civil e mecânica na Universidade Técnica do Médio Oriente, em Ankara.

Dispomos de um programa de *coaching* abrangente mas flexível para proporcionar uma formação on-the-job rápida e eficiente. No departamento comercial, utilizamos o *coaching* individual



Programa de Desenvolvimento de Liderança de Angola (Angola Leadership Development Programme) (ALDP)

O Programa de Desenvolvimento de Liderança de Angola, concebido em 2006, oferece formação personalizada a indivíduos de elevado potencial. Foi elaborado em linha com o nosso objectivo de formar uma companhia local de energia e visa formar um conjunto de potenciais líderes e ajudá-los a desenvolver as capacidades de liderança de que necessitam para progredir.

O programa, que se encontra em fase experimental em 2007, contém uma série de elementos, incluindo a obrigação de os participantes se envolverem num projecto comercial claramente definido, apresentando desafios relacionados com as suas necessidades de desenvolvimento. No entanto, o elemento central do ALDP é o acompanhamento individual prestado a cada participante por peritos externos (coaches) dotados de larga experiência.

Para garantir uma oportunidade equitativa de participação no programa todas as pessoas de dois escalões foram avaliadas em relação às competências de liderança requeridas. Esta triagem levou à selecção de vinte e seis participantes, encontrando-se actualmente em curso as primeiras sessões de acompanhamento.

para apoiar o desenvolvimento acelerado dos licenciados do programa Challenge, ao passo que no de HSSE, especialistas a tempo inteiro promovem o desenvolvimento de competências técnicas especializadas a nível dos líderes de equipa. Para além destes exemplos, as nossas áreas de administração, recursos humanos, engenharia de subsuperfície, perfuração e acabamentos e gestão da cadeia de aprovisionamento, dispõem de coordenadores de disciplina e um programa de *coaching* especificamente adaptado às suas necessidades.

O acompanhamento (*coaching*) complementa a formação técnica básica de cada área. Na perfuração e acabamentos, por exemplo, em 2006 organizámos mais de uma dúzia de cursos em Luanda para pessoal angolano, ministrados por peritos de renome internacional da Universidade Heriot-Watt e especialistas da Drilling Training Alliance. Os cursos estavam abertos à participação de outras companhias petrolíferas,

contribuindo assim para desenvolver as aptidões dos nacionais angolanos, não só com o objectivo de satisfazer as nossas necessidades, mas também as da indústria petrolífera em geral.

Muitos dos nossos trabalhadores dispõem de oportunidades de desenvolvimento no estrangeiro, através de colocações como expatriados de Angola noutros locais. Para promover as competências no país, incentivamos os angolanos a aceitar colocações de curto e longo prazo no estrangeiro, antes de retomarem o seu trabalho em Angola. Em 2006, 43 angolanos estavam a trabalhar como expatriados.

People Assurance Survey 2006 Em 2006, concluímos o People Assurance Survey (PAS) um inquérito de opinião dos trabalhadores de toda a BP, realizado de dois em dois anos. O questionário aborda vários aspectos da vida profissional dos trabalhadores, fornecendo informação importante às equipas de liderança. As respostas são confidenciais e anónimas e

são enviadas directamente a uma empresa de investigação independente. A taxa de participação no negócio de Angola foi de 65% em 2006.

O PAS fornece informações sobre as atitudes dos trabalhadores em relação a várias 'dimensões' da sua vida profissional, incluindo os seus sentimentos para com a BP, carácter distintivo da companhia, ambiente de trabalho, desempenho e inovação, confiança e respeito mútuos, desenvolvimento, diversidade e inclusão, remuneração, regalias e reconhecimento e segurança no trabalho. É calculado um 'Índice de Satisfação dos Trabalhadores' (*Employee Satisfaction Index*)(ESI) com base nas respostas a dez das perguntas do questionário.

Em 2006, a taxa de 69% obtida no ESI representou uma melhoria de 4% em relação a 2004, registando-se a diferença mais significativa nas dimensões relacionadas com desempenho e inovação, confiança e respeito mútuos. As respostas a questões novas sobre



O Programa de Formação de Técnicos de *Offshore*

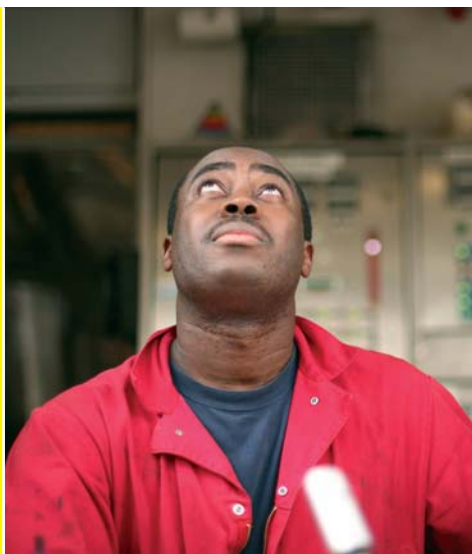
Esta iniciativa procura atrair jovens nacionais para a BP e proporcionar-lhes uma formação técnica de nível muito elevado, apesar da falta de recursos existentes em Angola.

Após uma triagem inicial para avaliação das capacidades, os formandos provenientes de todo o país, passam um ano a aprender inglês técnico num estabelecimento de Angola, sendo em seguida transferidos para fora do país para concluir o grosso da sua formação. Seguem uma formação profissional de três anos numa refinaria da Shell/BP na África do Sul ou na BP Chemicals e BP Shipping, no Reino Unido. Sempre que possível é ministrada formação prática adicional no *offshore* na BP Exploration & Production no Mar do Norte ou no Golfo do México.

A iniciativa vai agora no seu sétimo ano. Até 2006, 170 angolanos concluíram o programa ou encontravam-se em várias fases de formação em todo o mundo. Os angolanos que já terminaram a formação trabalharam no estaleiro de construção de navios de Produção, Armazenamento e Transbordo na Coreia do Sul. Prevê-se que representem cerca de metade do contingente de técnicos *offshore* quando o empreendimento Grande Plutónio iniciar a produção em 2007.

Este programa beneficia tanto a BP em Angola como os angolanos que nele participam. Tem igualmente outras consequências positivas: o facto de haver angolanos em formação em locais como Durban na África do Sul e Hull no Reino Unido contribuiu para promover o conhecimento de Angola e do trabalho que está a ser desenvolvido pela BP a nível de todo o seu pessoal nestes países.

O código de conduta representa o compromisso da BP para com a integridade, definindo o que se espera de cada colaborador em cinco áreas: saúde, higiene, segurança e ambiente; trabalhadores; parceiros empresariais; governos e comunidades; e integridade patrimonial e financeira da companhia.



Realizámos seminários em 2006 para reforçar a importância do código. Foram organizados eventos em inglês e português, envolvendo 15 a 25 pessoas.

segurança no trabalho foram também encorajadoras (ver secção 1.4).

A Remuneração/regalias e reconhecimento foram identificados como áreas que necessitam de maior atenção.

Conformidade e Ética A unidade de negócios de Angola foi uma das unidades do Grupo BP a desenvolver um sistema de gestão do cumprimento regulamentar, no âmbito de um programa piloto com o qual pretendemos demonstrar o nosso conhecimento e cumprimento das leis e regulamentos em qualquer local em que a unidade de negócios opere. Em Julho de 2004, criámos um posto a tempo inteiro para um director de cumprimento e ética.

Em 2006, continuámos a divulgar o código de conduta do Grupo BP (lançado em 2005) entre trabalhadores e empreiteiros. O código representa o compromisso da BP para com a integridade, definindo o que se espera de cada colaborador em cinco áreas: saúde, higiene, segurança e ambiente; trabalhadores; parceiros empresariais; governos e comunidades; e integridade patrimonial e financeira da companhia. É um código comum a toda a companhia, que estabelece a forma como devemos agir quando confrontados com opções sobre o nosso comportamento no

trabalho, desde regras básicas de segurança no trabalho até expectativas precisas em relação a questões de concorrência e anti-trust. Foi elaborado de acordo com as melhores práticas internacionais e indica aos trabalhadores onde podem ser encontradas normas mais pormenorizadas relativamente a assuntos específicos.

Realizámos seminários em 2006 para reforçar a importância do código. Foram organizados eventos em inglês e português, envolvendo 15 a 25 pessoas. Foram ainda efectuadas sessões no seio das equipas – incidindo sobre temas específicos, como conflitos de interesses, confidencialidade da informação e como lidar com ofertas de bens materiais e diversões. A referência ao código passou a ser incluída no processo de iniciação dos novos trabalhadores.

Para além destes esforços de divulgação do código, em 2006, realizámos o processo de certificação ética anual em Angola, que constitui um indicador chave do cumprimento legal, regulamentar e ético da BP. No âmbito deste processo, foram realizadas discussões em equipa indicativas do grau de cumprimento individual e conjunto das leis e regulamentos e padrões éticos da BP. A certificação envolve indivíduos e líderes, que certificam o comportamento

das equipas sob a sua direcção. Os certificados são apresentados à administração geral do grupo, através do líder da unidade de negócios e do presidente, que por sua vez assinam os certificados apresentados em nome dos trabalhadores da BP em Angola.

OpenTalk 'OpenTalk' (Conversa Aberta) é o programa global da BP, que permite a qualquer colaborador da companhia expressar preocupações ou colocar questões sobre cumprimento ou ética, de uma forma confidencial. Os indivíduos podem contactar o *OpenTalk* na sua própria língua por telefone, fax, *e-mail* ou carta e manter o anonimato. As questões ou problemas colocados são encaminhados para o provedor regional competente na BP, que dá uma resposta e, se necessário, conduz uma investigação, sendo tomadas medidas adequadas, caso as alegações sejam pertinentes. Paralelamente com o lançamento do código, alargámos o âmbito do programa *OpenTalk*, de modo a esclarecer também aspectos do código.

A divulgação do *OpenTalk* é elevada. As pontuações do PAS revelaram níveis de conhecimento mais elevados (96% na BU de Angola) do que no Grupo BP e no segmento de exploração e produção em geral.

O nosso papel na sociedade

- 2.1 O contexto social e ambiental
- 2.2 A BP e as mudanças climáticas
- 2.3 Promovendo uma boa governação
- 2.4 Desenvolvimento empresarial
- 2.5 Educação
- 2.6 Acesso à energia
- 2.7 Outros programas sociais

2



2.1 O contexto social e ambiental

Após anos de guerra civil, Angola encontra-se numa fase de transição, recuperando as suas infra-estruturas físicas, sociais e económicas destruídas pelo conflito. No entanto, desde que foi restabelecida a paz em 2002, Angola tem vindo a reconstruir o seu tecido socio-económico, principiando a aproveitar o seu potencial e a mover-se em terrenos mais seguros. De acordo com o PNUD, 'a consolidação da paz e reentrada do país na via do desenvolvimento sustentável são os próximos grandes desafios para melhorar o bem-estar de todos os angolanos'.

A impressionante taxa de crescimento económico, recentemente registada em Angola, deve-se em larga medida ao aumento da produção de petróleo, que representa mais de metade do PIB, três quartos da receita pública e cerca de 90% do total das exportações. As reformas económicas implementadas desde 2000 introduziram maior estabilidade macroeconómica e menor inflação, permitindo eliminar o tão prolongado défice.

Apesar dos seus inúmeros recursos naturais e riqueza potencial, Angola enfrenta profundos problemas económicos e sociais. O seu peso e gravidade são ilustrados por vários indicadores socio-económicos – elevadas taxas de mortalidade infantil; esperança de vida média de apenas 41 anos; taxa de frequência escolar de 25%; cerca de 70% da população vivendo com menos de USD 2 por dia; problema recorrente de doenças como a malária. Em muitos aspectos da vida quotidiana, os desafios são portanto prementes. Em 2006, Angola ocupava a 161ª posição entre 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.

O papel das empresas As circunstâncias acima descritas representam um contexto difícil para a condução de negócios, mas

ao mesmo tempo reflectem a necessidade de as empresas se pautarem pelos mais elevados padrões de conduta e prestarem um contributo positivo nos locais onde operam. O maior benefício que a BP traz às áreas onde opera resulta da forma como implementamos as nossas actividades: nomeadamente pelo petróleo que produzimos, pelos impostos que pagamos e pelos empregos que criamos directamente na nossa companhia e indirectamente nas empresas locais que prestam serviços para a BP bem como as aptidões e competências que transferimos.

Contribuímos também para o desenvolvimento, apoiando projectos sociais com objectivos claros e bem definidos. A nível do grupo, direccionamos os nossos contributos para iniciativas que promovem a transparência de receitas e aplicamos a maioria dos nossos investimentos comunitários em programas e projectos visando o desenvolvimento empresarial, a educação e um melhor acesso à energia. Todos estes temas são muito pertinentes em Angola.

As empresas têm um papel a desempenhar na redução da pobreza através da oferta de produtos e serviços essenciais – como a energia – que têm repercussões directas no desenvolvimento



económico. No entanto, há um compromisso evidente entre proporcionar o acesso à energia e a protecção e melhoria do ambiente natural. Os valores do nosso grupo incluem a aspiração de ultrapassar este compromisso.

Nas operações da BP em Angola e em todo o mundo, procuramos resolver este problema através de medidas que visam garantir a execução das nossas operações de uma forma a proteger o ambiente, tal como descrito na secção 1.6 deste relatório.

Há no entanto outra questão ambiental que representa um desafio significativo para as sociedades de qualquer país do mundo: as mudanças climáticas. Iniciamos portanto esta secção do relatório apresentando a visão do grupo sobre as mudanças climáticas e uma síntese da comercialização global de fontes de energia e combustíveis com baixo teor de carbono que promovemos.

2.2 A BP e as mudanças climáticas

Sendo uma companhia global de energia, temos a responsabilidade de ajudar a enfrentar a ameaça das mudanças climáticas. Em 2006, lançámos um negócio de biocombustíveis que irá oferecer soluções com baixo teor de carbono para os transportes. Anunciámos também planos para investir USD 500 milhões, ao longo de um período de 10 anos, na criação de um Instituto de Biociências Energéticas, que irá explorar a aplicação da biociência e a produção de fontes de energia novas e mais limpas.

A nossa experiência de intervenção a nível das alterações climáticas data de 1997 e somos reconhecidos como a primeira companhia petrolífera a admitir publicamente o problema. Actualmente, tomamos precauções para reduzir as emissões de Gás de Efeito de Estufa (*Green House Gas* (GHG) e combater as mudanças climáticas. Fixámos metas voluntárias para reduzir as emissões das nossas operações em 1998 e atingimos antecipadamente este objectivo. Continuamos a tomar medidas para reduzir estas emissões.

Em resposta à crescente procura de energia mais limpa, assumimos o firme compromisso de desenvolver fontes de energia com baixo teor de carbono. Em 2005, lançámos o BP *Alternative Energy* – um negócio rentável que oferece soluções energéticas com baixo teor em carbono, baseadas em energia solar, eólica, hidrogénio e gás.

Continuamos a comercializar em todo o mundo uma vasta gama de combustíveis e lubrificantes mais limpos. Em 2006, introduzimos os combustíveis BP Ultimate na África do Sul e na Rússia e lançámos o nosso Gasóleo com Baixo Teor de Enxofre nos EUA. Trabalhamos com vários parceiros no desenvolvimento de lubrificantes que

permitam aperfeiçoar a construção dos motores e sistemas de emissão destinados a melhorar a eficiência do combustível e a reduzir a poluição.

Financiamos um volume significativo de investigação sobre formas de produzir energia com baixo teor de carbono e, em 2006, o carbono foi um dos temas da nossa publicidade corporativa em vários países.

As alterações climáticas ocupam um lugar de destaque na agenda global e estamos activamente envolvidos no debate. Entendemos que para reduzir os riscos dos piores impactos destas mudanças, as concentrações atmosféricas de GHG equivalentes em CO₂ devem ser limitadas a 450-550 partes por milhão (ppm). Defendemos também limites obrigatórios de emissões e políticas que fixem um preço para o carbono, de forma a produzirem uma alteração comportamental e incentivarem a inovação.

A BP e as mudanças climáticas – o nosso percurso

- 1997**
A BP reconhece publicamente, em Stanford, a necessidade de tomar medidas cautelares para reduzir as emissões de GHG, após ter abandonado a *Global Climate Coalition*.
- 1998**
A BP fixa metas para a redução das emissões das nossas operações em 2010, a 10% abaixo dos níveis de 1990. Atingimos esta meta dez anos antes, em 2001, com a introdução de projectos de eficiência energética e a eliminação da queima de gás supérfluo.
- Fevereiro de 2006**
A BP anuncia uma fábrica de produção de hidrogénio com captura de carbono na Califórnia.
- Junho de 2006**
A BP investe USD 500 milhões no programa de investigação do Instituto de Biociências Energéticas.
- Novembro de 2006**
A BP Solar duplica a capacidade de produção mundial de 100MW para 200MW.
- Dezembro de 2006**
A BP participa em projectos de energia eólica nos EUA, com uma capacidade de geração potencial de 15.000MW.
- 2012**
A BP preconiza melhorar a eficiência energética em 10-15% em relação aos valores de 2001.
- 2015**
A BP estima investir USD 8 mil milhões no negócio de *Alternative Energy* e obter reduções de GHG de 24 Mte/ano.

2.3 Promovendo uma boa governação

Estamos interessados no progresso económico de Angola a longo prazo. A transparência e a boa governação são aspectos importantes de uma gestão económica sã. Tentamos portanto usar a nossa influência para garantir que a riqueza derivada dos recursos naturais seja utilizada de uma forma produtiva. Acreditamos que para se atingir um desenvolvimento sustentável são indispensáveis esforços no sentido de uma maior responsabilidade, eficácia, eficiência e a definição de um enquadramento jurídico claro e consistente, que promova o respeito pelas tradições democráticas e desencoraje a corrupção.

O nosso investimento em Angola vai aumentar substancialmente o rendimento nacional e a criação de oportunidades para um crescimento mais rápido. Historicamente, porém, estes benefícios têm estado frequentemente associados a instabilidade macroeconómica, sobrevalorização cambial e corrupção.

Transparência À semelhança de outras economias dominadas pelo petróleo, também em Angola a gestão eficiente das receitas apresenta desafios. O governo está sujeito a pressões internas no sentido de uma maior transparência em relação aos lucros do petróleo. A transparência está a tornar-se uma questão central na política angolana, com a oposição a insistir cada vez mais no destino destes lucros e nos tão aguardados 'dividendos da paz'.

A análise e críticas ocasionais dos governos internacionais e de ONGs agravam a pressão; a *Transparency International*, por exemplo, classificou Angola em 142º lugar no seu Índice de Percepções de Corrupção de 2006, num horizonte de 163 países. O governo é igualmente pressionado para aderir à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (*Extractive Industries Transparency Initiative*) (EITI) que



A BP apoia activamente os esforços do governo angolano para promover a transparência, pois acredita que é para benefício de todos.

procura aumentar a transparência dos pagamentos feitos pelas companhias petrolíferas e mineiras aos governos e dos lucros recebidos pelos mesmos. O governo angolano declarou apoiar a EITI, mas ainda não assumiu o compromisso formal de participar na iniciativa.

A BP apoia activamente os esforços do governo angolano para promover a transparência, pois acredita que é para benefício de todos. Temos, por exemplo, incentivado o governo a assumir uma posição positiva na EITI e a divulgar informação, pois entendemos que a criação de um ambiente mais propício à realização de negócios e mais atractivo para o investimento estrangeiro reduz os riscos das operações no país.

Em 2006, tivemos reuniões com o Banco Mundial em Luanda e Washington para debater os progressos animadores feitos pelo governo angolano relativamente à publicação de informação fiscal e à qualidade e abrangência dos dados sobre os fluxos orçamentais, sublinhando as suas capacidades e participando em discussões sobre a transparência e a gestão dos lucros do petróleo. Entreviemos também na preparação e participação em dois *workshops* sobre a gestão das receitas do petróleo,



A BP comprometeu-se a financiar os primeiros três anos do curso de *Masters of Law* (LLM) em petróleo e gás, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, num custo estimado em

USD 2.3
milhões.

promovidos conjuntamente pelo Banco Mundial e o Ministério das Finanças em Luanda. Um destes *workshops* foi extensivo a vários grupos, incluindo representantes de organizações da sociedade civil.

Reconhecemos que existem muitas formas de promover a transparência e a boa governação no sector do petróleo e do gás, incluindo o patrocínio de programas educacionais apropriados. Nesta óptica, a BP concordou em conceder apoio financeiro, técnico e administrativo à criação de um curso de

Master's of Law (LLM) em petróleo e gás, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Para além de ministrar princípios e conhecimentos jurídicos avançados aos participantes, o curso visa demonstrar as vantagens de conduzir os negócios de uma forma ética e transparente, contendo um módulo sobre ética e responsabilidade social. O curso, cujo início está previsto para 2007, aceitará 35-40 alunos por ano. A BP comprometeu-se a financiar os primeiros três anos do curso, num custo estimado em USD 2.3 milhões.

Assumimos um compromisso de transparência nas nossas actividades, em todos os locais em que operamos, mas sempre de acordo com o enquadramento jurídico e contratual aplicável. Em Angola, isto significa observar as disposições dos Contratos de Partilha de Produção com a Sonangol, a concessionária. As nossas acções em Angola, bem como em qualquer outro lugar do mundo, são norteadas pelas nossas políticas globais sobre ética e transparência nos negócios e assim irão continuar.

2.4 Desenvolvimento empresarial

Podemos contribuir em larga medida para o desenvolvimento do tecido empresarial local, recorrendo sempre que possível a fornecedores e empreiteiros locais. Em conjunto com os nossos parceiros, criámos o Centro de Apoio Empresarial (CAE) que faculta formação a fornecedores e apoio especializado a empresas locais que pretendam participar mais activamente em contratos de petróleo e gás.

Formação de fornecedores Em Angola, sob a égide de uma iniciativa da indústria petrolífera para o desenvolvimento industrial e a competitividade de custos, a BP implementou uma acção de formação de fornecedores em consulta com o Citizens Development Corps (CDC – uma organização sem fins lucrativos sediada nos Estados Unidos que apoia o desenvolvimento do sector privado e o crescimento económico em economias emergentes e em transição).

Temos sido activamente encorajados e apoiados financeiramente neste esforço pelos outros membros da indústria e pela Sonangol. Este projecto tem por meta melhorar a capacidade das PME's locais e incentivar a participação activa da indústria de prestação de serviços na actividade do sector de petróleo e gás, com vista a promover o crescimento económico local. O nosso objectivo consiste em ajudar as PME's locais a desenvolverem gradualmente a capacidade de fornecer os produtos e serviços requeridos pelo sector, de um modo competitivo e competente.

CAE Após uma fase inicial de formação dos fornecedores, que incidia na análise das lacunas do mercado e na elaboração de programas, implementámos uma

segunda fase em 2005, que conduziu à criação do CAE. Apoiado pelo CDC e pelos nossos parceiros, o CAE faculta formação e apoio de consultoria a PME's, com vista à melhoria das suas actividades, em áreas como saúde e segurança no trabalho, garantia de qualidade, estratégia económica, planeamento financeiro, contabilidade e ética e conformidade – factores que, a longo prazo irão sustentar a capacidade e

competitividade das mesmas. O aumento da capacidade das PME's locais, permitirá que elas fiquem melhor posicionadas para obter contratos no sector petrolífero, criando assim empregos, distribuindo riqueza e aumentando as oportunidades de desenvolvimento do conteúdo local.

Em 2006, o CAE ofereceu formação, assistência técnica e contribuições voluntárias em espécie, tendo organizado feiras profissionais e iniciativas de



O nosso objectivo consiste em ajudar as PME's locais a desenvolverem gradualmente a capacidade de fornecer os produtos e serviços requeridos pelo sector, de um modo competitivo e competente.



divulgação. Durante o ano, foram realizadas acções de formação em Luanda, Cabinda, Soyo e Benguela, nas quais participaram mais de 580 pessoas, de mais de 200 empresas.

O CAE prestou também assistência especializada a 88 empresas, sob a forma de consultoria individual. Foram estabelecidas parcerias com diversas organizações angolanas para impulsionar o desenvolvimento de uma rede de apoio empresarial, sendo um dos parceiros a Trade Jango, um organismo que recolhe

informação sobre potenciais fornecedores angolanos.

Embora o apoio do CAE sirva prioritariamente ao sector petrolífero, os seus clientes vêm de outros ramos de actividade. Os clientes do petróleo e gás representam apenas 16% da base de clientes do centro. Em 2006, foram clientes do CAE organizações de cerca de 15 sectores diferentes, encontrando-se as empresas de IT, telecomunicações e engenharia civil particularmente bem representadas.

Micro-crédito Apoiámos igualmente projectos que oferecem microcrédito. Nas províncias do Huambo e Benguela, com o Banco Sol e a ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) o nosso apoio ajudou a promover a actividade rural, proporcionando o acesso de associações, cooperativas e indivíduos ao microcrédito. Em Setembro de 2005, foi lançado um programa de três anos com um orçamento de USD 2.76 milhões, que se prevê venha a beneficiar 60.000 famílias rurais.



Feira profissional do CAE

Em Setembro de 2006, organizámos uma feira profissional em Luanda com vista a congregar empreiteiros e pequenas e médias empresas (PMEs). O certame tinha por objectivo promover a troca de experiências e a identificação de oportunidades de trabalho entre prestadores de serviços existentes e potenciais.

Participaram nesta feira mais de 20 empreiteiros do sector do petróleo e do gás e mais de 70 PMEs. O evento constituiu uma excelente ocasião para estabelecer relações e explorar oportunidades comerciais, culminando na concretização de cinco contratos.

‘Isto permite-nos contactar vendedores locais, que nos podem fornecer serviços e materiais, evitando assim a necessidade de os importar. É a primeira vez que participo num evento deste género e embora algumas coisas não tenham interesse para mim são certamente pertinentes para muitas outras empresas presentes’.

Euan Coul, Transocean.

‘Os concorrentes (grandes empreiteiros de petróleo e gás) ao futuro programa de investimento da BP estão aqui para apresentar o seu trabalho às PMEs locais e dar-lhes a oportunidade de mostrar o que elas têm para oferecer. Os concorrentes não sabem se lhes será adjudicado um contrato, mas isto ajuda-os a compreender a sua responsabilidade em termos de potenciação do conteúdo local, contribuindo para a formação das PMEs e permitindo-lhes participar em contratos no sector petrolífero’.

Elsa Lacladere, equipa de gestão da cadeia de aprovisionamento da BP

2.5 Educação

O apoio à educação é uma questão importante para nós, pois através dela podemos contribuir para um desenvolvimento social e uma auto-suficiência mais alargados. Os nossos programas baseiam-se na avaliação das necessidades. Neste sentido, temos privilegiado o fornecimento de livros e equipamento a escolas, bem como iniciativas no seio dos trabalhadores e a nível universitário, para o desenvolvimento de aptidões e capacidades. A melhoria da educação, um requisito básico do desenvolvimento socio-económico de Angola, é um elemento importante da nossa estratégia de investimento comunitário.

Apoio às escolas A nossa abordagem neste sentido tem incluído tanto os requisitos físicos das escolas locais, como a necessidade de apoiar a capacitação. Em duas áreas municipais de Luanda, avaliámos as necessidades das escolas e iniciámos um programa para comprar livros e fornecer equipamento de IT, como vídeos, fotocopiadoras e computadores. No ICRA (Instituto de Ciências Religiosas de Angola), trabalhámos na melhoria do conteúdo do curso pré-universitário de desenvolvimento social, apoiando a capacitação da equipa docente e de gestão, bem como adquirindo livros e computadores e ajudando a organizar a biblioteca. Os projectos previstos para o futuro continuarão nesta direcção, tendo igualmente em vista a promoção da aprendizagem da língua inglesa.

A educação e o desenvolvimento do pessoal A educação é uma componente essencial do nosso próprio pacote de desenvolvimento do pessoal. O nosso programa de recrutamento de técnicos inclui um sistema de bolsas para estudantes angolanos. Em 2006, foram concedidas bolsas a 25 estudantes (de 300 candidatos entrevistados). Os indivíduos seleccionados estão agora a



Acreditamos que o reforço da base de pessoal qualificado irá trazer benefícios para o país em geral e potencialmente para a BP.

iniciar os seus estudos da Universidade Técnica do Médio Oriente, em Ankara, Turquia. O curso inclui a aprendizagem da língua inglesa, seguida de uma licenciatura de quatro anos nas áreas de engenharias de petróleos, química, civil e mecânica.

Após um estudo conjunto com a Universidade Agostinho Neto em 2005, no ano seguinte assinámos um protocolo de cooperação com esta instituição, que visa apoiá-la no ensino da engenharia e

das geociências. Acreditamos que o reforço da base de pessoal qualificado irá trazer benefícios para o país em geral e potencialmente para a BP. Ao longo do ano, prestámos apoio financeiro a 60 alunos destas áreas e fornecemos manuais e fotocopiadoras, num valor aproximado de USD 184.000.

Prevê-se que o nosso investimento total em iniciativas educacionais seja de aproximadamente USD 1.6 milhões em 2007.

2.6 Acesso à energia

A energia é essencial à melhoria do nível de vida das comunidades rurais. Embora Angola seja um país rico em recursos naturais, calcula-se que a única fonte de energia de mais de 80% da população em geral de cerca de 95% da população rural seja a madeira e o carvão. Garantir o acesso generalizado a fontes de energia fiáveis é um desafio fundamental que Angola enfrenta.

Implementámos projectos de promoção da energia solar como forma de fornecer energia às comunidades rurais. Em 2004, foi iniciado o projecto-piloto de energia solar da aldeia de Paranhos (55 km a norte de Luanda) que fornece energia a 360 pessoas e a 10 edifícios da administração. A energia solar assegura a iluminação de edifícios públicos (como escolas e associações de agricultores) e habitações individuais e o funcionamento

de um sistema de bombagem e armazenagem de água e de um sistema independente para alimentar o centro médico (incluindo vacinas).

Lições aprendidas do projecto-piloto de energia solar O projecto de Paranhos foi uma fonte de valiosos ensinamentos. Alguns estiveram relacionados com a resolução de problemas técnicos específicos na aldeia, ao passo que

outros, mais relevantes, incidiram nas potencialidades de utilizar painéis foto voltaicos (FV) para fornecer electricidade numa escala muito mais vasta, a nível do país.

Tendo em vista uma electrificação rural alargada, efectuámos um estudo de viabilidade para identificar as potencialidades de um programa de âmbito nacional de energia solar em conjunto com o MINEAS (Ministério de Energia e Águas de Angola). O relatório, apresentado em Novembro de 2005, concluiu que um programa de energia solar nacional representava uma oportunidade significativa para Angola mas estava dependente de vários factores críticos. Entre eles contam-se a necessidade de liderança dos ministérios angolanos competentes, de sensibilização e capacitação e de uma definição clara do enquadramento do programa nas políticas nacionais existentes.

Para além deste projecto-piloto, procurámos introduzir a energia solar em estruturas que possam proporcionar um benefício social mais amplo. Duas escolas de Luanda serão reabilitadas e electrificadas, a fim de ministrar classes nocturnas para adultos. Estimamos que este projecto beneficie ao todo 3.000 indivíduos.



Duas escolas de Luanda serão reabilitadas e electrificadas, a fim de ministrar classes nocturnas para adultos. Estimamos que este projecto beneficie ao todo 3.000 indivíduos.

2.7 Outros programas sociais

Para além do apoio ao desenvolvimento empresarial, educação e acesso à energia, apoiámos também uma série de projectos menores que passamos a apresentar resumidamente. Estas iniciativas visam dar resposta a necessidades locais de capacitação, bem como a problemas de âmbito nacional como o HIV/SIDA.

HIV/AIDS Embora o HIV/SIDA não seja tão prevalente em Angola como noutras partes da região, queremos contribuir para evitar que se transforme num problema de graves dimensões. Apoiámos as iniciativas de sensibilização sobre o HIV/SIDA e patrocinámos um programa de comercialização de preservativos que efectuou a distribuição de preservativos em sete das 18 províncias de Angola. Patrocinamos igualmente programas em escolas e comunidades de várias províncias, com

vista a sensibilizar as populações para o HIV/SIDA.

“Casa dos Rapazes” do Palanca Apoiámos a “Casa dos Rapazes” do Palanca em Luanda, desde 1997. Esta casa dá abrigo a rapazes de rua, proporcionando-lhes um local seguro onde podem viver, crescer e aprender. Passaram já por este estabelecimento, mais de 1.000 rapazes, todos eles órfãos ou sem contacto com a família devido aos deslocamentos. Estamos a trabalhar com a casa de

Palanca para a ajudar a tornar-se mais sustentável e menos dependente de doações.

Projecto OSANDE Este projecto, implementado pela ADRA, uma organização não governamental angolana da província de Huambo, apoia as comunidades locais, através do reforço e promoção das suas aptidões e capacidades de liderança, educação cívica, administração e iniciativa de pequenos negócios.



Apoiámos a “Casa dos Rapazes” do Palanca em Luanda, desde 1997. Esta casa dá abrigo a rapazes de rua, proporcionando-lhes um local seguro onde podem viver, crescer e aprender. Estamos a trabalhar com a casa de Palanca para a ajudar a tornar-se mais sustentável e menos dependente de doações.

Indicadores de Desempenho

	2004	2005	2006
Segurança no trabalho			
Fatalidades – trabalhadores da BP	0	0	0
Fatalidades – empreiteiros da BP	0	0	0
Casos de dias de baixa (DAFWC) ^a – força de trabalho ^b	1	0	2
Frequência de casos de dias de baixa (DAFWCf) ^c – força trabalho ^b	0,1	0,00	0,06
Ferimentos registáveis ^d – força de trabalho	2	3	8
Frequência de ferimentos registáveis (RIF) ^e – força de trabalho	0,2	0,14	0,25
Total de acidentes com veículos	15	10	78
Taxa total de acidentes com veículos (TVAR) ^f	11,53	4,56	23,35
Horas trabalhadas – força trabalho	1.878.661	4.295.913	6.433.581
Quilómetros conduzidos	1.300.405	2.193.063	3.340.962
Ambiente			
Quota de dióxido de carbono directo (CO ₂) ^g – projectos operados e não operados (toneladas)	403.417	520.004	484.666
Quota de dióxido de carbono indirecto (CO ₂) – projectos operados e não operados (toneladas)	0	0	0
Quota de metano directo (CH ₄) – projectos operados e não operados (toneladas)	873	1.502	1.643
Quota de gases com efeito de estufa directos (GHG) ^h – projectos operados e não operados (toneladas CO ₂ equivalente)	421.750	551.546	519.169
Quota de dióxido de carbono directo (CO ₂) – projectos operados (toneladas)	4.842	15.618	19.598
Quota de dióxido de carbono indirecto (CO ₂) – projectos operados (toneladas)	0	0	0
Quota de metano directo (CH ₄) projectos operados – (toneladas)	0	0	0
Quota de gases com efeito de estufa directos (GHG) – projectos operados (toneladas CO ₂ equivalente)	4.842	15.618	19.598
Queima de gás total (toneladas)	29	466	1.987
Dióxido de enxofre (SOx) (toneladas)	5	17	108
Óxidos de azoto (NOx) (toneladas)	72	272	1.587
Hidrocarbonetos sem metano (NMHC) (toneladas)	9	26	260
Número de derrames de hidrocarbonetos ⁱ	0	0	2
Volume de produto derramado (litros)	0	0	2.543
Volume de produto não recuperado (litros)	0	0	2.543
Total de descargas de hidrocarbonetos para a água (toneladas)	0	0	0
Resíduos perigosos eliminados (toneladas)	50	138	673
Colaboradores			
Total de pessoal da BP em Angola	459	614	808

a DAFWC: Um ferimento ou doença é classificado como Caso de Dias de Baixa (DAFWC) se, em consequência do mesmo, o elemento da força de trabalho da BP não puder trabalhar em qualquer dia após a respectiva ocorrência, independentemente de estar escalado para trabalhar ou não, ou se um médico ou outro profissional de cuidados de saúde devidamente credenciado recomendar que o referido elemento permaneça em casa, mesmo que este se apresente ao trabalho.

b A força de trabalho da BP workforce inclui todos os trabalhadores, empreiteiros e directores da BP.

c DAFWCf – força de trabalho: O número de ferimentos com baixa sofridos pela força de trabalho da BP em cada 200.000 horas trabalhadas no mesmo período.

d Um ferimento registável é um ferimento ou episódio de doença que resulta em fatalidade, baixa, restrições laborais, transferência de emprego ou tratamento médico para além de primeiros socorros.

e RIF: O número total de Ferimentos Registáveis sofridos pela força de trabalho da BP em cada 200.000 horas trabalhadas no mesmo período.

f TVAR: Taxa total de acidentes com veículos: a soma de todos os acidentes com veículos ligeiros e equipamento motorizado por milhão de quilómetros conduzidos.

g Emissões directas de gases de efeito de estufa são as emissões físicas de fontes da BP. Emissões indirectas de GHG são uma consequência da importação de vapor e electricidade de terceiros.

h As emissões de gases de efeito de estufa incluem emissões de dióxido de carbono e metano (convertidas na quantidade de CO₂ que produziria um efeito de aquecimento equivalente).

i Derrame de hidrocarbonetos: Uma perda acidental ou imprevista de hidrocarbonetos do respectivo contentor primário, igual ou superior a um barril, numa operação da BP ou de um empreiteiro, independentemente de qualquer contentor secundário ou recuperação. (Um barril é igual a 159 litros, equivalente a 42 galões americanos).

Declaração de fiabilidade

O presente relatório foi certificado pela Ernst & Young, auditores do Grupo BP. O processo de certificação tem por principal objectivo verificar se as declarações, afirmações e informações apresentadas no texto sobre o desempenho sustentável da BP se baseiam em provas demonstráveis, bem como certificar o conteúdo do relatório por uma entidade independente. Apresentam-se seguidamente os procedimentos seguidos pela Ernst & Young e as conclusões da mesma.

Declaração de fiabilidade independente apresentada à Direcção da BP O Relatório de Sustentabilidade de 2006 da BP em Angola (o Relatório) foi elaborado pelo órgão de gestão da BP Angola, que é responsável pela obtenção e apresentação da informação nele contida. De acordo com as instruções do órgão de gestão da BP, a nossa responsabilidade consiste em efectuar uma revisão limitada do Relatório, tal como descrito abaixo, de forma a apresentarmos as nossas conclusões sobre as afirmações, informação e cobertura dos assuntos contidos no mesmo.

A nossa responsabilidade na execução destes procedimentos limita-se à orgão de gestão da BP p.l.c. e de acordo com os termos de referência acordados com o mesmo. Por conseguinte, não aceitamos nem assumimos qualquer obrigação ou responsabilidade relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade para além daquelas a quem o relatório é endereçado. Se outras pessoas ou entidades decidirem basear-se no conteúdo deste Relatório fá-lo-ão sob sua inteira responsabilidade e por sua conta e risco.

Procedimentos efectuados A nossa avaliação foi planeada e efectuada em conformidade com a norma *International Federation of Accountants' International Standards for Assurance Engagement Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information* (ISAE3000). O nosso trabalho consiste numa revisão limitada das afirmações e informações contidas no Relatório.

O relatório foi analisado segundo os seguintes critérios:

- Se o Relatório inclui as questões chave sobre sustentabilidade relevantes para a BP em Angola em 2006 que foram focadas nos media, na análise de aspectos de sustentabilidade importantes feita pela própria BP em Angola e em documentação interna seleccionada.
- Se as afirmações sobre sustentabilidade referidas no Relatório são consistentes

com as explicações e evidências apresentadas pelo órgão de gestão da BP.

- A informação de sustentabilidade apresentada no Relatório é consistente com o registo de dados da unidade de negócios relevante.
De forma a suportar as nossas conclusões, realizámos os procedimentos abaixo descritos.
 1. Examinámos uma amostra de publicações e relatórios externos e documentos internos referentes à sustentabilidade do desempenho da BP em Angola em 2006, para confirmar o âmbito e a adequação das declarações feitas no Relatório.
 2. Analisámos o processo seguido pela BP em Angola para determinar as questões chave a incluir no Relatório.
 3. Examinámos a informação ou justificação dos dados e declarações sobre sustentabilidade do desempenho constantes do Relatório. Apesar de termos verificado a documentação de suporte aos dados contidos no Relatório, não testámos os processos de recolha, compilação e relato dos mesmos a nível local ou do país

Nível de Fiabilidade Os nossos procedimentos de recolha de informação visam obter um nível de fiabilidade limitado para basearmos as nossas conclusões. O âmbito dos procedimentos de recolha de evidências efectuados é inferior ao de um compromisso de fiabilidade razoável (como uma auditoria financeira), sendo portanto o nível de fiabilidade inferior.

Conclusões Com base na nossa análise e de acordo com os termos de referência para este trabalho, apresentamos as nossas conclusões nos parágrafos seguintes. Estas devem ser enquadradas no âmbito indicado no parágrafo "Procedimentos efectuados".

1. O Relatório inclui as questões chave?

Com base na nossa análise dos media, documentos internos seleccionados e procedimentos adoptados pela BP em

Angola para determinar as questões chave, não temos conhecimento de que tenha sido excluída do relatório qualquer questão chave sobre sustentabilidade.

2. Os dados e declarações sobre sustentabilidade do desempenho da BP em Angola contidos no Relatório são suportados por evidências ou explicações?

Não temos conhecimento de quaisquer informações incorrectas nas avaliações e dados sobre a sustentabilidade do desempenho da BP em Angola apresentados pelo órgão de gestão da BP no Relatório.

Independência A nossa equipa de trabalho foi constituída, a partir da nossa rede global de serviços de sustentabilidade e ambiente, a qual efectua trabalhos semelhantes a este num número significativo de empresas no Reino Unido e outros países. Como auditores da BP p.l.c., é requerido à Ernst & Young que cumpra os requisitos de independência estabelecidos no Código de Ética Profissional emitido pelo *Institute of Chartered Accountants in England & Wales* (ICAEW). As políticas de independência da Ernst & Young, que estão alinhadas e, em alguns casos, excedem os requisitos do ICAEW, aplicam-se à firma, sócios e trabalhadores. Estas políticas proíbem quaisquer interesses financeiros nos nossos clientes que sejam ou possam ser vistos como limitando a nossa independência. Anualmente, é requerido aos sócios e trabalhadores que confirmem o cumprimento das políticas da empresa.

Anualmente, confirmamos à BP se ocorreram quaisquer eventos, incluindo a prestação de serviços proibidos susceptíveis de pôr em causa a nossa independência ou objectividade. Não ocorreram tais eventos ou serviços em 2006.

 **ERNST & YOUNG**

Ernst & Young LLP

Londres, Setembro de 2007

Glossário

ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
Bpd	Barris de petróleo por dia
CAE	Centro de Apoio Empresarial
CDC	Citizens Development Corps
CRC	Concelho de Reputação do País
DAFWCf	Frequência de casos de dias de baixa
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EITI	Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas
EMS	Sistema de Gestão Ambiental
ESI	Índice de Satisfação dos Colaboradores
FPSO	Navio de Produção, Armazenamento e Transbordo
GCE	Chief executive do grupo
PIB	Produto Interno Bruto
GSR	Getting Security Right
HIV/SIDA	Vírus da Imunodeficiência / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
HSSE	Saúde, Segurança no Trabalho, Segurança e Ambiente
ICRA	Instituto de Ciências Religiosas de Angola
JV	Joint venture
LNG	Gás natural liquefeito
ONG	Organização não governamental
MMO	Observadores de mamíferos marinhos
OMS	Sistema de gestão operacional
PAS	People assurance survey
Ppm	Partes por cada milhão
PSA	Contrato de Partilha de Produção
PV	Fotovoltaico
PME	Pequena e média empresa
SPU	Unidade estratégica de desempenho
RU	Reino Unido
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
USD	Dólares Americanos

Informações adicionais

Em 2006, continuámos a implementar os nossos três níveis de informação sobre sustentabilidade: o relatório de sustentabilidade do Grupo BP, relatórios de países e relatórios locais seleccionados.

Relatório do Grupo O *website* do grupo proporciona informação completa para pessoas interessadas em saber mais acerca da abordagem da BP sobre sustentabilidade e responsabilidade. O site inclui informação detalhada e dados do desempenho de sustentabilidade do grupo, incluindo o Relatório de Sustentabilidade de 2006 da BP (www.bp.com/sustainability e www.bp.com).

Está disponível *online* uma série de casos de estudo, que proporcionam exemplos específicos de como pomos em prática os nossos compromissos em todo o mundo e incluem temas como saúde e segurança no trabalho, segurança, pessoal, diversidade e inclusão, educação, conservação, a BP e o desenvolvimento, operações responsáveis, desenvolvimento empresarial, gestão de receitas e ética nos negócios, tendo sido validadas pela Ernst & Young (www.bp.com/casestudies).

O *website* inclui igualmente tabelas e ferramentas que permitem a visualização de informação de desempenho da BP

em assuntos como, saúde, segurança no trabalho e ambiente, através de funções gráficas de uso fácil e intuitivo com uma opção de formatação acessível. As tabelas e gráficos podem ser visualizados como imagens e os dados de base extraídos (www.bp.com/hsechartingtool).

A nossa ferramenta de cartografia ambiental tem como meta proporcionar uma maior transparência nas questões que encaramos a nível local, permitindo o acesso a informação de gestão ambiental acerca de locais específicos da BP. Mostra onde estão localizadas as principais instalações operadas pela BP com a certificação ISO e identifica as questões significativas para a gestão de cada local. Esta ferramenta permite visualizar detalhes da biodiversidade, qualidade do ar (gás sem efeito de estufa), água potável, qualidade da água e resíduos por região. A selecção destes locais nos mapas de fundo que ilustram as condições ambientais regionais ajuda a enquadrar a informação do lugar no contexto local, especialmente em relação a áreas ambientalmente sensíveis. (www.bp.com/hsemappingtool).

Relatórios de sustentabilidade por país Em 2006, publicámos quatro relatórios de sustentabilidade de países: Azerbeijão, Geórgia, Alemanha e Trinidad & Tobago.

Tal como este relatório, o seu objectivo consiste em proporcionar uma visão detalhada das nossas operações no contexto de uma região ou mercado específicos. Foram elaborados segundo modelos consistentes, em termos de estrutura, conteúdo e forma e adoptaram processos normalizados de desenvolvimento e verificação externa de conteúdos.

(www.bp.com/countrysustainabilityreports and www.bp.com/worldwide).

Relatórios locais verificados O nosso *website* contém ainda mais de 60 relatórios locais verificados, proporcionando informação detalhada sobre saúde, segurança no trabalho, ambiente e desempenho social em todo o mundo. Acreditamos que os relatórios verificados de forma independente conferem uma maior transparência ao nosso progresso (www.bp.com/sitereports).

Discursos sobre responsabilidade corporativa Publicámos uma série de discursos no *website* do grupo. Em 2006, estes incluíram temas como tecnologia e inovação, segurança energética, empresas e pobreza, energias alternativas, mudanças climáticas e energia com baixo teor de carbono. (www.bp.com/speeches).

Contactos e agradecimentos

O seu feedback é importante para nós. Pode escrever para o endereço abaixo indicado, à atenção da equipa de Comunicação e Relações Exteriores ou enviar um e-mail para bpangola@bp.com.

BP Angola (Bloco 18) B.V.
BP Exploration (Angola) Ltd.
De Beers Building
Av. Rainha Ginga, 87
Luanda
República de Angola

Design e produção

Design, grafismo e produção: Steed Design, 44 Dawlish Drive, Leigh-on-Sea, Essex SS9 1QX, United Kingdom.
Impressão: CPD, 17 Brook Road, Rayleigh, Essex SS6 7UT, United Kingdom
Fotografia: Simon Kreitem

Notas de Produção

Papel
Este relatório de sustentabilidade foi impresso em papel Revive Uncoated do Grupo Robert Horne, que é produzido com fibra destintada de resíduos pós-consumo 100% reciclada, numa fábrica cujo sistema de gestão ambiental se encontra certificado pela ISO 14001. A polpa é branqueada por um processo isento de cloro elementar (ECF).